

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

MARIANA HELENA FERREIRA

A FOME EM DOIS TEMPOS:
Uma análise da cobertura da Folha de São Paulo sobre o Mapa da Fome
em 2014 e 2020

Monografia

Mariana

2022

MARIANA HELENA FERREIRA

A FOME EM DOIS TEMPOS:

Uma análise da cobertura da Folha de São Paulo sobre o mapa da fome
em 2014 e 2020

Monografia apresentada ao curso Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador (a): Profa. Dra. Adriana Bravin

Mariana, 2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F383f Ferreira, Mariana helena.
A fome em dois tempos [manuscrito]: uma análise da cobertura da Folha de São Paulo sobre o Mapa da Fome em 2014 e 2020. / Mariana helena Ferreira. - 2022.
90 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Adriana BRAVIN.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Fome. 2. Jornalismo. 3. Segurança alimentar. I. BRAVIN, Adriana. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.65

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana Helena Ferreira

A Fome em Dois Tempos: Uma análise da cobertura da Folha de São Paulo sobre o Mapa da Fome em 2014 e 2020

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Aprovada em 03 de novembro de 2022

Membros da banca

Profa. Dra. - Adriana Bravin - Orientador(a) - Universidade Federal de Ouro Preto
Profa. Dra. - Hila Bernadete Silva Rodrigues - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. - Carlos Fernando Jáuregui - Universidade Federal de Ouro Preto

Adriana Bravin, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/12/2022



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Bravin, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/12/2022, às 17:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0450394** e o código CRC **F88346AE**.

AGRADECIMENTOS

Recordo com carinho do que meu pai me disse um dia: de nada adianta a fé, se não agirmos. Um não existe sem o outro. Por isso, antes de tudo, agradeço a Deus e a minha mãezinha Nossa Senhora Aparecida que desde o início estiveram aqui do meu lado.

Agradeço aos meus pais, José Antônio e Rosana e ao meu irmão, João, que, mesmo na dificuldade, me apoiaram a seguir meu sonho. Eu sei que não foi fácil para vocês, assim como não foi para mim. Mas toda essa conquista só foi possível por que desde sempre vocês acreditaram e me incentivaram. Cortar o cordão umbilical e decidir viver uma vida longe da família foi um desafio, mas hoje estou aqui para dizer que deu tudo certo! E sempre foi por nós!

E por falar em desafio, foi durante a graduação, ainda no início, que eu sofri uma das minhas maiores perdas. Obrigada, vó Taisa, essa conquista é para a senhora também. Eu me lembro da sua felicidade ao saber que eu havia passado na faculdade e ainda dou risada quando me recordo da sua simplicidade ao falar para conversar com o diretor da ‘escola’ caso eu precisasse de alguma ajuda. Nunca vou esquecer do suporte que meu deu para que tudo desse tudo certo. Então de onde estiver, saiba que eu consegui, nós conseguimos! Amo a senhora e o vô Toninho para sempre.

Vó Lena e Vô Marreta, obrigada por também acreditarem em mim e por compartilharem da minha felicidade em cada conquista. Essa é só mais uma e eu fico feliz por estarem aqui. Amo vocês e estou com saudades.

Eu sou grata aos amigos que também sempre estiveram ao meu lado. Obrigada, Emilie, Débora, Lorrane, Roberta, Gian e Isabella. Vocês não têm noção do quanto, mesmo de longe, foram fundamentais para esta conquista. Obrigada por me incentivarem desde o início.

Ao meu amor, Allan Lopes Pereira! Serei para sempre grata pela UFOP ter me apresentado ao homem da minha vida. Quem diria, graduada e casada. Obrigada, carioca, principalmente pela amizade e carinho quando nem imaginávamos ser quem somos e estar onde estamos. Obrigada por cuidar tão bem de mim, por ser meu apoio, meu melhor amigo e amor. Eu amo você. Aproveito para agradecer a nossa família de gatinhos. Jojo e Gabi, vocês foram meu escape quando a ansiedade batia à porta.

À minha eterna casa, que me acolheu quando eu mais precisei. Obrigada República Primeira Dama, por todos os momentos compartilhados, choros, finais de períodos, abraços, risadas, brigas... cada momento com vocês fez a graduação se tornar mais fácil. Em especial,

agradeço à Santinha, Adriane e Adriele, Iza, Larissa, Andreza e Madu. Amo vocês! Viva a Primeira Dama.

E, claro, à irmã que a UFOP e a Primeira Dama me deram. Obrigada, Nicole, por compartilharmos juntas uma vida para além do jornalismo. Você que passou comigo meus momentos mais frágeis, você que conheceu a minha melhor e pior versão. Obrigada pelas trocas, por todo amor e amizade. Minha inspiração. Amo você!

Meu agradecimento ao curso de jornalismo por me apresentar àqueles com quem eu viveria os perrengues da universidade. Obrigada gorditas! Se hoje eu estou prestes a formar, é porque cada um de vocês contribuíram para isso. Agradeço infinitamente aos dias de sol e chuva que passamos juntos. Choro, partilha, amor e risada. Obrigada, Jonathan, Lucas, Pamela, Leiriane, Emanuel, Joana, Matheus e Cecília. Minhas inspirações. Orgulho de ser uma gordita. Amo vocês!

Muito obrigada, professora Adriana Bravin, por tornar este processo mais fácil. Você me fez acreditar em mim mesma. Seu apoio e seu entusiasmo em cada encontro nosso, despertava em mim ainda mais a vontade de seguir com esta profissão nada fácil. Além de orientadora, você me fez enxergar a Mariana jornalista que habita em mim e, que agora, está prontinha para seguir o caminho.

Obrigada, ao meu professor e amigo César, que quando nem eu mesma sabia, despertou em mim o desejo de seguir essa área. Não coincidentemente, o tema do meu PIC júnior, para Faculdade Unis de Varginha, da qual você me orientou, quando eu tinha 14 anos, tratava sobre o papel social da EPTV no sul de minas e, agora, apresento minha monografia sobre a construção do discurso da Folha de S. Paulo sobre a fome. Obrigada por me apresentar ao meu sonho.

Por fim agradeço com o coração cheio de amor aos professores e jornalistas da UFOP que me ensinaram valores para além da sala de aula. Hoje, estou prestes a me tornar uma profissional e, me sinto preparada para enfrentar os desafios dessa vida nada fácil de jornalista. Obrigada por todas as trocas! Agradeço em especial à professora Karina Barbosa que me apresentou ao Projeto de Extensão Sujeitos de Sua História, do qual eu fui muito feliz em fazer parte, e também aos professores Carlos Jáuregui e Hila Rodrigues que aceitaram o convite para compor a minha banca de defesa. Todos vocês são inspiração para mim! Obrigada!

RESUMO

Com a pandemia da COVID-19 e as crises sanitária e econômica instauradas no país, a partir de 2020, a problemática da fome, já vivenciada por muitos brasileiros, foi intensificada. Desse modo, o Brasil, que em 2014 havia saído do Mapa da Fome, da Organização das Nações Unidas, e retornado a esse quadro em 2018, viu, em 2020, o cenário se agravar com 55,2% das famílias vivendo em situação de insegurança alimentar. A fome também virou assunto nas páginas dos jornais, incluindo a Folha de S. Paulo. A presente pesquisa analisa como se deu a produção de sentido sobre a fome, a partir de duas reportagens veiculadas por este jornal, nos anos 2014 e 2020. Busca-se compreender o porquê a fome vira assunto neste veículo, considerado imprensa de referência e com público consolidado nas classes B e C, e qual discurso sobre a fome é construído para os leitores da Folha. Para isso, foram observados os critérios de noticiabilidade, as teorias do jornalismo e os estudos sobre produção de sentido. Com base nos critérios de noticiabilidade, a presente pesquisa aponta que a fome vira discurso devido a sua novidade, quando se trata do Mapa da Fome, e à sua relevância social. Já em relação ao discurso produzido, este estudo revela que a Folha de S. Paulo apresenta aos seus leitores uma produção fria e distante da realidade daqueles que passam fome.

Palavras-chave: fome; jornalismo; insegurança alimentar; produção de sentido

SUMMARY

With the COVID-19 pandemic and the health and economic crises in the country, starting in 2020, the problem of hunger, already experienced by many Brazilians, was intensified. In this way, Brazil, which in 2014 had left the Hunger Map, of the United Nations, and returned to this framework in 2018, saw, in 2020, the scenario worsen with 55.2% of families living in a situation of food insecurity. Hunger also became a subject in the pages of newspapers, including Folha de S. Paulo. This research analyzes how the production of meaning about hunger took place, based on two reports published by this newspaper, in the years 2014 and 2020. It seeks to understand why hunger becomes a subject in this vehicle, considered a reference press and with consolidated public in classes B and C, and what discourse about hunger is constructed for Folha readers. For this, the criteria of newsworthiness, theories of journalism and studies on the production of meaning were observed. Based on the newsworthiness criteria, this research points out that hunger becomes a discourse due to its novelty, when it comes to the Hunger Map, and its social relevance. In relation to the discourse produced, this study reveals that Folha de S Paulo presents his readers with a cold production that is far from the reality of those who suffer from hunger.

Key-words: hungry; journalism; food insecurity; production of meaning

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	15
Figura 2: Quem detém o poder na relação comunicativa	41
Figura 3: O poder relacional na situação midiática	41
Figura 4: Número de leitores da Folha na Grande São Paulo	44
Figura 5: Número de leitores da Folha (nacional)	46
Figura 6: Reportagem Folha de S.Paulo, de 16 de setembro de 2014	52
Figura 7: Reportagem Folha de S. Paulo, de 17 de setembro de 2020	54
Figura 8: Título da reportagem da Folha, de 16 de setembro de 2014	62
Figura 9: Menção ao Fome Zero e ao Bolsa Família	63
Figura 10: Título da reportagem da Folha, de 17 de setembro de 2020	64
Figura 11: Linha fina da segunda reportagem, de 17 de setembro de 2020	66
Figura 12: Artigo de opinião da Folha de S. Paulo, de 17 de julho de 2018	68
Figura 13: Capa da Folha de S. Paulo, de 16 de setembro de 2014	70
Figura 14: Capa da Folha de S. Paulo, de 17 de setembro de 2020	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Linha do tempo da fome no Brasil.....	19
Quadro 2: Critérios substantivos de seleção	24
Quadro 3: Critérios contextuais de Seleção.....	25
Quadro 4: Critérios de construção.....	25
Quadro 5: As diferentes razões da problematidade na mídia.....	35
Quadro 6: Princípios editoriais da Folha de S. Paulo.....	43
Quadro 7: Levantamento reportagens Folha de S. Paulo.....	50
Quadro 8: Levantamento reportagens de outros veículos.....	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 A FOME NO CONTEXTO POLÍTICO - ECONÔMICO BRASILEIRO E A PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS	12
2.1 O que são as notícias.....	21
2.2 Os critérios de noticiabilidade.....	23
2.3 O jornalismo e a produção de sentidos.....	28
2.3.1 O jogo de poder no campo da linguagem.....	38
3 A PRODUÇÃO DE SENTIDO NA FOLHA DE S. PAULO.....	42
3.1 O jornal A Folha de São Paulo.....	42
3.1.1 Para quem escreve a Folha?.....	44
3.2 A fome na Folha de São Paulo.....	47
CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
ANEXOS.....	78
I. Reportagem: Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz a ONU...78	
II. Reportagem: Brasil superou problema da fome, afirma relatório da FAO.....	80
III. Artigo de opinião: Após aumento de mortalidade infantil, país pode voltar para Mapa da Fome.....	81
IV. Reportagem: Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU.....	83
V. Reportagem: IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador	86

1. INTRODUÇÃO

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, em 2020, devido às medidas de segurança sanitária e, por falta de políticas de assistência social, muitas pessoas tiveram suas fontes de renda reduzidas ou zeradas. No atual cenário, o aumento do desemprego, fechamento do comércio e redução da atividade econômica no país fizeram com que os preços dos alimentos aumentassem. Além disso, o gás, a gasolina e outros produtos e setores passaram também pelos efeitos da inflação. Mas, antes disso, a fome já vinha sendo um problema enfrentado no país. Neste contexto, com o olhar atento, busco responder nesta pesquisa quais as percepções sobre a fome são construídas pelo jornal Folha de São Paulo, levando em consideração todo o processo de construção das reportagens, incluindo os critérios de noticiabilidade, as teorias do jornalismo e a produção de sentidos gerada a partir daquela leitura.

Desse modo, o interesse pela pesquisa surgiu após observar como a fome vinha sendo retratada nos veículos de comunicação durante o auge da pandemia. O G1, portal do Grupo Globo, por exemplo, trouxe no dia 26 de setembro de 2020 uma reportagem com o seguinte título: “Quando é seguro comer pão, queijo e outros alimentos mofados?”¹. Seguindo o mesmo raciocínio, um programa veiculado na Rede Massa, uma das afiliadas do SBT, dizia na data 22 de abril de 2021: “Gás caro e comida mais saborosa: fogão à lenha vira xodó nas casas”.

Nesse caso, outros jornais falaram sobre o assunto, mas não foram tão descuidados com o tema, porém, também não trataram o assunto com seriedade e profundidade. Digo isso ao observar algumas narrativas que, em vez de questionarem o real problema, apenas noticiaram a fome de forma sensacionalizada. Aqui me desperta atenção justamente este descuido com um problema que diz respeito às pessoas, à vida, à morte e a um quadro social em que a maioria não possui nem a escolha de estar ou não incluído. Isso me fez querer repensar, no jornalismo, os critérios de noticiabilidades e todo o processo de produção das reportagens, levando em consideração também as teorias do jornalismo e a produção de sentido criados a partir destas narrativas.

Como futura jornalista, entendo que esta profissão faz parte do desenvolvimento do senso crítico de uma sociedade. Ela tem como função informar o público sobre um

1

<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/09/26/quando-e-seguro-comer-pao-queijo-e-outros-alimentos-mofados.ghtml>

acontecimento, considerando-se suas técnicas e também a subjetividade do profissional, ainda mais ao tratar temas de grande relevância social. Desse modo, pesquisar como a fome no Brasil vem sendo retratada jornalisticamente é um movimento que me ajuda a entender os processos que permeiam a construção de uma reportagem e os valores nela embutidos.

Levando-se também em consideração o atual cenário pelo qual a profissão passa, com o aumento das fake news, que atingiu seu ápice no país desde a eleição de 2018, e pelas agressões sofridas pelos jornalistas, que configuram censura à profissão, partindo principalmente do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro², é de grande relevância questionar como tem sido realizado o trabalho jornalístico. Considerando-se, ainda, os critérios de noticiabilidade e valores-notícias, como orientadores da produção jornalística, a pesquisa pode ajudar a repensar escolhas editoriais, como as citadas anteriormente e, se elas são realmente fundamentais ou se apenas inviabilizam e apagam histórias que deveriam ter espaços.

Realizar esta análise sobre como o jornalismo tem abordado um dos assuntos mais sensíveis que têm atingido o Brasil nos últimos anos, e olhar como as narrativas jornalísticas sobre o assunto em tela foram e estão sendo construídas atualmente, é necessário para entender o papel do jornalismo nos dias de hoje, sem deixar de considerar, também, a organização em que ele está inserido e todos os critérios e processos para produção de um conteúdo jornalístico, buscando-se entender se estamos no caminho certo ou para qual direção devemos seguir.

Nesse sentido, a escolha pelo jornal Folha S. Paulo parte do interesse em entender como se dá o processo de construção das reportagens em um dos jornais mais tradicionais e influentes do país. Pertencente ao grupo Folha, o jornal nasceu em 1921 como Folha da Noite e só passou a ter o nome atual em 1960, quando também foi pioneiro no país em impressão Offset em cores. Em relação aos seus objetivos, como descrito em seu site³ (FOLHA, 2019), a Folha de S. Paulo possui o intuito de oferecer informações corretas, interpretações dos fatos e pluralidade de opiniões, tentando se manter afastada o máximo possível do fato, mas reconhecendo também que é impossível alcançar a neutralidade em seu estado mais puro.

Ao verificar que, em 1998, seu leitor principal tinha 40 anos e padrão alto de renda e escolaridade e, anos depois, em 2018, o perfil do público atingia em sua maioria a classe B e pessoas na faixa etária entre 45 e 54 anos, me desperta a curiosidade em saber como o jornal

² Ver URIBE, Gustavo (2020), disponível em: [Bolsonaro insulta repórter da Folha com insinuação sexual](#)

³ Ver 1981 – ‘A Folha e alguns passos que é preciso dar’ (2019), disponível em: [1981 - 'A Folha e alguns passos que é preciso dar'](#)

aborda a problemática da fome. Portanto, pretendemos alcançar nesta pesquisa qual a produção de sentido gerada a partir das reportagens veiculadas sobre a fome na Folha, em 2014 e 2020.

Para tanto, a seguinte pesquisa busca analisar duas reportagens publicadas no jornal Folha de S. Paulo, sendo a primeira intitulada “Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil”⁴, publicada no dia 16 de setembro de 2014, assim que o Brasil, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, em inglês), deixou o Mapa da Fome, que traça a medida de acesso adequado a alimentos, no mundo⁵. A segunda reportagem, disponibilizada em 17 de setembro de 2020, que tem como título “Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE”⁶, foi publicada após publicação da Pesquisa de Orçamentos Familiares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Pretendo analisar, a partir da temática central dessas reportagens, quais valores notícias estão sendo aplicados e por quê? Mas, para além disso, busco também trazer em pauta o processo de produção de sentido ensejado nas reportagens. Além disso, por meio desta comparação histórica entre 2014 e 2020, tenho como objetivo entender quais as diferenças existentes entre as produções, se elas caminham com o mesmo sentido e se essas reportagens dialogam entre si de alguma forma.

Ao analisarmos as duas reportagens buscamos compreender e responder o porquê o assunto fome é pautado no jornal Folha de S. Paulo uma vez que, a maior parte do seu público, pertencente às classes B e C, não é atingido pela fome. E, uma vez pautado, qual o discurso sobre a fome está sendo produzido pela Folha de S. Paulo aos seus leitores?

Assim, o presente trabalho divide-se em um capítulo teórico nos quais serão tratados os referenciais para a abordagem analítica das reportagens, partindo-se das discussões sobre a fome e seu contexto político e econômico no Brasil para, em seguida, discutirmos os critérios de noticiabilidade, teorias do jornalismo e produção de sentido, levando-se em consideração a argumentação e problematidade da mídia. No capítulo seguinte, partiremos para análise das reportagens. Antes, porém, é necessário compreender o universo do jornal Folha de S. Paulo, a partir do seu manual de redação, seus princípios editoriais, público-alvo e toda sua

⁴Ver FOREQUE, Flávia (2014), disponível em: [Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil](#)

⁵ Ver PAJOLLA, Murilo (2021), disponível em: [Afinal, o Brasil está ou não no Mapa da Fome da ONU?](#)

⁶Ver BARBON, Júlia (2020), disponível em: [Quatro em cada dez família brasileiras, vivem em insegurança alimentar, diz IBGE](#)

composição, pois sem esses aspectos não conseguiríamos compreender o discurso produzido quando a fome é pautada pelo veículo.

2. A FOME NO CONTEXTO POLÍTICO - ECONÔMICO BRASILEIRO E A PRODUÇÃO DE NOTÍCIAS

Em 2020, a ordem econômica mundial passou por mudanças em decorrência de uma das maiores pandemias da história: a COVID-19. No Brasil, o cenário foi ainda mais devastador. Além da crise sanitária que se instalou, causando a morte de 667.790 pessoas (CORONAVÍRUS BRASIL, 2022)⁷, o Brasil passou também por uma crise política e econômica, que tem sequência até os dias de hoje. Um dos resultados desse cenário foi o agravamento da fome.

O Brasil, que havia saído do Mapa da Fome, da ONU, em 2014, por intermédio do Bolsa Família, aliado a outras políticas públicas, voltou a enfrentar este cenário em 2018⁸, mas foi em 2020 que, segundo estudo realizado pelo maior grupo de pesquisadores que olham a fome no país, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN⁹), a situação se agravou.

Antes, porém, de olharmos para as políticas voltadas ao combate à fome, é necessário compreender o contexto político, social e econômico pelo qual o país passou nas últimas duas décadas. É possível ver um crescimento econômico, no país, entre os anos 2003 e 2011, graças à alta dos preços na exportação de *commodities*. Do mesmo modo, segundo a economista Laura Carvalho, tal crescimento pode ser relacionado ao Plano Real e outras políticas que estabilizaram os preços e controlaram a inflação no final dos anos 90 (CARVALHO, 2018). A autora também destaca um ponto fundamental que fez parte deste progresso na economia brasileira: a redistribuição de renda. Ela entende tal ação, junto aos

⁷ Dados atualizados em 09 de junho de 2021

⁸ Após ter saído do Mapa da Fome da FAO, em 2014, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil retornou ao mapa em 2018, quando a situação de subalimentação atingiu novamente 5% da população, o equivalente a mais de 10 milhões de pessoas.

⁹ A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional surgiu em 2012, como uma iniciativa da Instituição do Grupo Pró-Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras em Segurança Alimentar Nutricional (SAN), a partir do Seminário de Pesquisa, realizado em Brasília, pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério das Relações Exteriores (MRE). Hoje a Rede Penssan é considerada a maior rede de pesquisadores que monitoram a fome no Brasil.

investimentos públicos em infraestrutura física e também social do país, como fundamental neste processo.

Voltando à fome, para compreendê-la, neste momento, é preciso saber que tal problemática é historicamente parte da sociedade. Ao falar sobre o tema, André Mayer (2001), professor da Universidade de Paris e ex-Presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, de sigla inglesa FAO, traz esta questão como algo bem próximo a nós:

A fome - eis um problema tão velho quanto a própria vida. Para os homens, tão velho quanto a humanidade. E um desses problemas que põem em jogo a própria sobrevivência da espécie humana, a qual, para garantir sua perenidade, tem que lutar contra as doenças que a assaltam, abrigar-se das intempéries, defender-se dos seus inimigos. Antes de tudo, porém, precisa, dia após dia, encontrar com que subsistir - comer. E esta necessidade, é a fome que se encarrega de lembrá-la. Sob o seu ferrão e para lutar contra ela, a humanidade aguçou seu gênio inventivo. Ninguém o ignora. E todo mundo sabe também que, nesse velho combate contra esta praga permanente, o homem conseguiu apenas uma vitória incerta e precária (CASTRO e MAYER, 1984, n.p).

Diante de tamanha questão, é de se surpreender que, até pouco tempo atrás, eram poucas as pesquisas referentes à fome, o que subentende-se que ela pouco preocupava. Chega a ser estranho notar que, mesmo em um mundo rodeado por pessoas capazes de pesquisar, escrever e publicar, tamanho fenômeno, que transcende a sua própria importância, não tenha chamado a atenção (CASTRO, 1984).

No Brasil, a trajetória da ciência da nutrição teve seu primeiro trabalho voltado ao tema em 1908, por Eduardo Magalhães, que trouxe para debate a higiene alimentar. Depois, em 1920, foi a vez de Álvaro Osório Almeida olhar para a fome sob uma perspectiva científica, quando pesquisou sobre as necessidades energéticas mínimas do organismo. Com o passar dos anos, lentamente, outras pesquisas no âmbito nutricional foram surgindo, mas só em 1932, o nutrólogo Josué Apolônio de Castro conseguiu apresentar uma relação direta entre a produtividade do trabalhador e sua alimentação, por meio do “Inquérito: Sobre as Condições de Vida das Classes Operárias no Recife” (CASTRO, 2010).

Desse modo, a partir da pesquisa realizada em 1932, a alimentação passou a ser entendida como consequência da condição financeira do trabalhador, ou seja, verifica-se, a partir deste momento, que as pessoas desempregadas, sem renda e em situação de

vulnerabilidade social não tinham condição de se alimentarem adequadamente, chegando à situação que conhecemos como insegurança alimentar.

Em relação às políticas públicas, esta problemática presente historicamente no cotidiano de brasileiros e brasileiras, teve atenção em 1993, com a Ação da Cidadania contra a Fome, idealizada pelo sociólogo Helbert de Souza. A campanha, que teve mobilização nacional, atraiu os olhares da população aos 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza. Então, em 1994, durante a gestão do ex-presidente Itamar Franco, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), por meio do Decreto nº. 807, que tinha como objetivo combater a miséria no país. Contudo, o programa foi desativado logo em seguida, no ano de 1995, voltando a ser uma questão de importância política em 2003, durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula Inácio da Silva.

Ao afirmar que a missão de sua vida estaria cumprida se ao final de seu governo cada brasileiro tivesse acesso a três refeições diárias, o presidente colocou os temas da fome, da segurança alimentar e nutricional e do combate à pobreza na agenda política nacional, bem como expôs à sociedade a linha mestra de um amplo projeto de Nação. (ARANHA, 2010, p. 75,).

Nascia aí um novo projeto político e a expectativa de reduzir a fome no país e trazer a segurança alimentar para a mesa dos brasileiros: o Fome Zero. Lançado no fim de janeiro de 2003, o projeto visava trabalhar políticas emergenciais no combate à fome.

A fome deixou de ser considerada uma fatalidade individual e passou a ser tratada como uma questão de política pública. No seu discurso de posse, o presidente Lula anunciou o combate à fome como prioridade absoluta de seu governo. Ao dizer que a missão de sua vida estaria cumprida se, ao final de seu mandato, cada brasileiro tivesse acesso a três refeições diárias, ele não fazia uma promessa, mas lançava um desafio à sociedade e estabelecia a linha-mestra de um ousado projeto de nação. (CAMPOS e ABREU, 2010, p.153).

O projeto contou com o apoio de diferentes esferas sociais, como do setor público, privado, artístico e cultural, a partir de doações e até mesmo produção de músicas para a campanha política. No entanto, estas doações, não era uma prática estabelecida e regulamentada no setor governamental e, por isso, era necessário um investimento técnico e também suporte jurídico para que essas doações pudessem ser compatíveis com o setor público (CAMPOS e ABREU, 2010). Para isso, foi criada uma conta no Banco do Brasil e

uma na Caixa Econômica Federal. Abaixo, reproduz-se o quadro com o montante recebido entre os anos 2003 e 2010.

Figura 1: Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza

Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
Receita das Doações Financeiras Repassadas ao Tesouro Nacional – 2010

Ano	Tipo de Doador			Total do Ano
	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Não Identificado (*)	
2003	174.556,12	3.203.340,19	3.915.825,94	7.293.722,25
2004	138.655,70	932.701,77	3.007.080,53	4.078.438,00
2005	88.610,59	626.406,73	651.113,83	1.366.131,15
2006	82.538,92	299.477,42	641.450,20	1.023.466,54
2007	55.499,90	253.994,68	221.293,34	530.787,92
2008	67.122,26	775.492,78	116.706,57	959.321,61
2009	62.390,01	194.026,34	1.377.884,94	1.635.301,29
2010	33.290,78	157.462,71	113.685,55	304.685,55

[*] doações financeiras feitas nas agências da CEF e Banco do Brasil que não tiveram o tipo de pessoa (física ou jurídica) identificada.
Fonte: SIAFI em 5 de outubro de 2010.

Fonte: Fome Zero: uma história brasileira, 2010, p. 154.

Mas, do que se tratava o Fome Zero? O programa, elaborado pelo Instituto Cidadania, por uma equipe coordenada por José Graziano da Silva, o mesmo que ocupou, pela primeira vez, o cargo de Ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, visava assegurar, ao menos, três refeições por dia a todos os brasileiros. (BETTO, 2010).

Ainda de acordo com Betto (2010), o Fome Zero se tornara a primeira política de combate à fome que não se resumia a ações emergenciais, mas voltava-se à inserção social, ou seja, naquele momento, combater a fome era a prioridade, mas para isso o programa visava também gerar renda e trabalho aos cidadãos. Dessa forma, o programa unia políticas locais, políticas específicas e políticas estruturais. Ou seja, tinha o objetivo de trabalhar junto a restaurantes populares, cozinhas comunitárias, assim como disponibilizar cartão alimentação, estoques de segurança, ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador, além de se preocupar com a reforma agrária, incentivo à agricultura familiar e outros meios de mobilização. (BETTO, 2010).

De início, o programa priorizou atendimento a locais em estados de emergência, como: “[...] 1) Municípios do semiárido nordestino e do Vale do Jequitinhonha (MG), em

estado de calamidade pública; 2) Acampamentos e assentamentos rurais; 3) Aldeias indígenas em estado de subnutrição; 4) População que vivia nos e dos lixões; 5) Comunidades quilombolas” (BETTO, 2010, p. 134). Dessa forma, cada família assistida pelo Fome Zero foi beneficiada com um cartão alimentação de R\$50,00 que dava acesso a qualquer tipo de alimento, exceto bebidas alcoólicas, refrigerantes e fumos. Como ressaltamos, o programa tinha como objetivo também trabalhar outras esferas, portanto, a família beneficiária também tinha acesso a cursos de alfabetização e profissionalizantes. Além disso, era oferecido acesso à construção de moradia, com captação de água, caso o local fosse no semi-árido, hortas domésticas e comunitárias, créditos, programas de saúde e outras políticas públicas de inserção social. (BETTO, 2010).

No entanto, o projeto não foi o único nem mesmo o carro-chefe que conduziu o país rumo à despedida do Mapa da Fome. É correto dizer que ele abriu as portas para que novas políticas e ações emergenciais fossem lançadas a fim de restabelecer a igualdade social no Brasil, mas após sua criação, no mesmo ano, 2003, foi criado o maior programa social responsável por assistir as famílias em situação de vulnerabilidade social: o Bolsa Família.

Em janeiro de 2004, o programa já atendia 3,6 milhões de famílias. Este número triplicou em 2010, quando o total de beneficiados passou para 12,8 milhões. “Mesmo respondendo por uma parcela pequena da renda total das famílias brasileiras – cerca de 0,4%, em 2003, e 1,28%, em 2011 –, o programa foi responsável por uma redução substantiva nos índices de pobreza e, assim, na desigualdade de renda no Brasil”. (CARVALHO, 2018, n.p.)

O Bolsa Família, além de ser o pilar da redistribuição de renda, também modificou outras questões econômicas no país. O salário mínimo, por exemplo, que vinha ganhando poder de compra desde o controle da inflação, em 1995, segundo Laura Carvalho (2018), se valorizou ainda mais em 2005. Esta valorização, por sua vez, trouxe dois pontos importantes. Primeiro, aumentou o poder de compra, o que gerou movimento na economia. Segundo, reduziu a diferença entre o salário mínimo e o salário médio no país, ou seja, reduziu a desigualdade salarial e a população pobre passou a receber valores próximos ao conjunto médio de trabalhadores no Brasil.

Para a economista, a maior mudança distributiva é observada justamente nesta alteração de grau de disparidade salarial, uma vez que a redução ocorreu a partir da base de distribuição, fazendo com que o salário das pessoas que faziam parte dos 10% mais pobres do país, aumentasse se comparado ao salário médio ou mediano. (CARVALHO, 2018). Portanto, a queda da desigualdade salarial no país se deu por um ciclo. A redistribuição de renda

reduziu a desigualdade salarial, aumentando o poder de compra, ao mesmo tempo que aumentou a qualidade de vida.

Tais fatores levaram também a outro importante marcador neste momento de crescimento econômico, qual seja, a expansão dos setores que demandavam mão de obra menos qualificada. Tal crescimento trouxe também o aumento das remunerações desse público, uma vez que, quanto maior a demanda por trabalhadores menos qualificados, maior o poder deles de barganha no mercado de trabalho (CARVALHO, 2018), isto é, conforme manda a lei da oferta e demanda, pois, na medida que aumenta a demanda de trabalhadores informais, cresce também a oferta por eles. “Ao provocar um aumento mais acelerado dos salários nas ocupações que exigiam menor qualificação, tais alterações no padrão de consumo e na estrutura produtiva colaboraram com o círculo virtuoso de dinamismo do mercado interno e do mercado de trabalho que vigorou até 2010” (CARVALHO, 2018, n.p.).

Desse modo, podemos relacionar a queda da desigualdade a esta mudança na base da pirâmide, dada por essas políticas de distribuição de renda e valorização do salário mínimo. A partir disso, vemos uma inversão nos setores da economia, nos quais os serviços e produtos que até então pertenciam aos mais ricos passam, agora, a fazer parte do consumo de outras classes sociais.

Desse modo, as pessoas que antes tinham acesso apenas aos setores alimentício e vestuário, por exemplo, passaram a ter participação relativa outros setores da economia e também a outros bens, como habitação, saúde e transporte. Foi nesse momento que hábitos antes restritos aos grupos mais ricos, como educação, lazer e cultura, tiveram uma queda quando comparados aos demais. (CARVALHO, 2018).

Enfim, em 2014, o resultado das políticas públicas de distribuição de renda chegou e o Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU. O Bolsa Família, em 15 anos de atuação, segundo o site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi o programa de transferência pública de renda que mais alcançou a população vulnerável no Brasil. Ainda de acordo com os dados, estes recursos reduziram em 15% a pobreza e 25% a extrema pobreza no país.

Voltamos, portanto, à contextualização política do país que, entre 2003 e 2011 viu sua economia alavancar, mas, a partir daí, viveu um processo de desaceleração. No segundo mandato da então presidenta Dilma Rousseff (2014-2016), medidas de ajustes fiscais e políticas recessivas foram aplicadas pelo governo. O aumento brusco dos impostos, que cresceram 18,1% no ano de 2015, trouxe também aumento nas tarifas de energia elétrica (51%), botijão de gás (22,6%) e gasolina (20,1%). (CARVALHO, 2018). Do mesmo modo, a

Taxa Selic passou também por ajustes, e o Banco Central se viu obrigado, diante da aceleração da inflação, a alterar esses valores que, de 11,75%, em dezembro de 2014, passou para 14,25%, em julho de 2015.

No entanto, esses não foram os únicos fatores a influenciar o quadro político-econômico do período analisado, nas palavras da economista Laura Carvalho:

“[...] As políticas fiscal e monetária não foram os únicos fatores a contribuir para transformar a desaceleração econômica dos anos 2011-14 em uma das maiores crises de nossa história. A crise política, os efeitos da Operação Lava Jato sobre os setores de construção civil e petróleo, a forte desvalorização do real e a queda dos preços dos produtos que exportamos também contribuíram para o trágico desempenho da economia brasileira em 2015” (CARVALHO, 2018, s/p).

A meta fiscal, que havia sido anunciada pelo economista do Banco Bradesco e ex-Ministro da Fazenda Joaquim Levy, prometia tirar o país do déficit de 0,6% do PIB para superávit primário de 1,2%, em 2015, seguido por 2% nos anos seguintes, era inviável dada as circunstâncias citadas acima. No dia 22 de julho de 2015 a equipe econômica anunciou redução da meta de 1,2% para 0,15%, reduzindo também o esperado para 2016 e 2017 que, de 2% caiu para 0,7% e 1,3% do PIB, respectivamente (CARVALHO, 2018). Em seguida, o desempenho da economia nacional foi de mal a pior.

Na política, em 2016, ocorreu o golpe que tirou a então presidenta Dilma Rousseff do exercício do Poder Executivo, fato este que também influenciou no rumo da economia brasileira. O governo, que seguiu nos próximos dois anos guiado pelo vice da ex-presidente, Michel Miguel Elias Temer, registrou queda da inflação e redução da taxa de juros, mas aumentou o número de pessoas desempregadas no país. Foram adotadas, neste período, medidas de austeridade que visavam a redução de gastos públicos, como alternativa para reduzir o endividamento, como afirma Neto (2017), ao analisar o ciclo de reformas do governo Temer e a crise política-constitucional. No entanto, como o autor também ressalta, estas medidas podem trazer consequências à implementação dos serviços públicos básicos na sociedade. “O Novo Regime Fiscal parece ir no lado oposto ao enfrentamento dos níveis de desigualdade, pois impõe um congelamento em áreas estratégicas para a matriz de desenvolvimento brasileira, tanto no campo econômico quanto no prioritariamente social” (NETO, 2017, p. 14).

Em 2020, chegou até a mídia que o Brasil havia voltado ao Mapa da Fome, em 2018, de acordo com a análise de dados disponibilizados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, com pelo menos 5% da sua população convivendo abaixo da média de ingestão alimentar recomendável.

Do mesmo modo, em 2021, a Rede Penssam divulgou o 1º Inquérito de Insegurança Alimentar¹⁰, no qual dados revelavam que 55,2% das famílias passaram a viver em situação de insegurança alimentar, o que representa um aumento de 54% em relação aos dados levantados desde 2018, quando este valor era correspondente a 36,7% da população (PENSSAN, 2021). Ainda de acordo com o levantamento, 43,4 milhões de pessoas, equivalentes a 20,5% da população brasileira, não tinham o suficiente para se alimentar bem, considerados assim em um quadro de insegurança alimentar moderada ou grave, e outros 19,1 milhões, ou 9%, estavam em situação de fome, tratando-se de insegurança alimentar grave. “É um cenário que não deixa dúvidas de que a combinação das crises econômica, política e sanitária provocou uma imensa redução da segurança alimentar em todo o Brasil” (PENSSAN, 2021, s/p). Resultados que partem da ausência de políticas públicas do atual governo e da péssima gestão econômica durante a pandemia.

Em pesquisa mais recente, no 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar¹¹, feito pela Rede Penssan, disponibilizada no dia 08 de junho de 2022, são 14 milhões a mais de pessoas passando fome desde 2020. A pesquisa indica que o número de pessoas nesta situação passou para 15,5%, ou seja, 33,1 milhões de brasileiros e brasileiras. Além disso, ressalta a continuidade do desmonte de políticas públicas, a piora no quadro econômico do país e consequentemente o aumento da desigualdade como os agravantes da situação.

Quadro 1: Linha do tempo da fome no Brasil

Ano	Caminho da fome no país
1908	Pela primeira vez, a higiene alimentar é colocada em pauta.
1920	As necessidades energéticas mínimas do organismo viram alvo de pesquisas científicas.
1932	Pela primeira vez é analisada a relação entre a produtividade do trabalhador e sua alimentação
1993	Ocorre a primeira mobilização nacional contra a problemática: Ação da Cidadania contra a Fome.

¹⁰ Rede Penssam (2021), [Disponível em: 1º Inquérito de Insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da Covid 19 no Brasil](#)

¹¹ Rede Penssam (2022), disponível em: [2º Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil](#)

1994	Criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.
2003	Criação do Programa Fome Zero.
2003	Criação do Programa Bolsa Família.
2003 à 2011	Crescimento econômico no país.
2014	O Brasil sai do Mapa da Fome, segundo a FAO.
2016	Impeachment da presidenta Dilma Roussef.
2016	Implementação de medidas de austeridade.
2018	Volta do Brasil ao Mapa da Fome.
2020	Divulgação da Pesquisa de Orçamentos Familiares, pelo IBGE.
2021	Divulgação do 1º inquérito de Insegurança Alimentar, pela Rede Penssan.
2022	Divulgação do 2º Inquérito de Insegurança Alimentar, pela Rede Penssan.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados levantados acima

Em 2020, quando a pandemia da COVID-19 começou, o Governo federal lançou o Auxílio Emergencial, um benefício financeiro que visava auxiliar trabalhadores que tiveram suas rendas comprometidas devido às medidas de segurança contra o coronavírus. Se encaixam nesta categoria os trabalhadores informais, microempreendedores Individuais (MEI), autônomos (as) e desempregados (as).

Inicialmente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu R\$ 200,00 como valor para o auxílio, sendo mais tarde aprovado pelo Congresso o total de R\$ 600,00. O benefício era restrito a uma pessoa por família, sendo autorizadas duas parcelas para mulher provedora de família monoparental, isto é, mãe solteira. De acordo com o Ministério da Cidadania, os beneficiários do Bolsa Família também tinham direito ao Auxílio. Nesse caso, seria verificado pelo Governo se o trabalhador cumpria todos os requisitos necessários e qual o valor recebido pelas famílias. Caso fosse menor, seria depositado o valor referente ao Auxílio Emergencial e somente isso, o benefício do Bolsa Família seria suspenso durante este período. Então, em 2021 com a redução do valor e também das pessoas contempladas pelo Auxílio Emergencial em 2021, a situação de vulnerabilidade social no Brasil se agravou.

2.1 O que são as notícias?

A discussão, a seguir, sobre o caráter seletivo das notícias, assim como sobre as teorias que sustentam os processos de produção jornalística e a produção de sentidos nos ajudarão a compreender elementos que irão nos guiar na análise sobre as reportagens produzidas pela Folha de S. Paulo sobre a fome, em 2014 e 2020.

A mídia brasileira esteve atenta a noticiar a fome, em especial, os casos extremos que apresentavam a todos a realidade enfrentada nos momentos mais difíceis, com a chegada da pandemia. Sem renda e sem ter o que comer, em dezembro de 2021 um acontecimento chamou atenção em Cuiabá (MT), quando pessoas fizeram fila para conseguir um pedaço de osso. O fato teve cobertura nacional, dentre os jornais que o reportaram, o G1, pertencendo ao Grupo Globo, foi um deles. A notícia, intitulada “Moradores dormem na ‘fila de ossinhos’ para garantir cesta básica em Cuiabá”¹², apresentava um grupo de pessoas que formaram fila em frente a um açougue, entre a noite de domingo, 20 de dezembro de 2021, até a segunda-feira. As pessoas aguardavam uma cesta básica completa, que seria doada, mas diante da quantidade de pessoas, o benefício não atendia a todos.

Por esta repercussão, a fila ficou conhecida, antes mesmo da publicação desta reportagem, como a fila dos ossinhos. A título de exemplo, este fato teve cobertura nacional, mas a pergunta que fazemos com intuito de provocar o seguimento desta pesquisa é o que fez este acontecimento ser repercutido? Por quais motivos e como a fome ganha espaços na cobertura jornalística? No jornalismo, há muito se discute sobre o que faz um acontecimento ser relevante o suficiente para chegar aos jornais, ou seja: o que são as notícias? Diversos estudiosos tentaram responder a essa pergunta, mesmo que quase sempre as respostas fossem insuficientes. A primeira teoria que tentou abordar esta questão foi baseada nos conceitos positivistas desenvolvidos pelos filósofos do século XIX.

Conhecida como a Teoria do Espelho, tal metáfora diz que o jornalismo reflete a realidade factual (TRAQUINA,2005). Isto é, o trabalho do jornalista é ser mediador entre os fatos e o público, apoiando-se no objetivismo e desvinculando-se do subjetivo, colocando-se em uma posição de neutralidade frente aquela notícia. Nessa compreensão, “[...] As notícias são do jeito que as conhecemos, porque a realidade assim as determina. A imprensa funciona como espelho do real, apresentando um reflexo claro dos acontecimentos do cotidiano”. (PENA, 2012, p. 124).

¹² Ver G1 MT (2021), disponível em: [Moradores dormem na ‘fila de ossinhos’ para garantir cesta básica em Cuiabá](#)

Como diz Felipe Pena, esta teoria é autoexplicativa, assim, entende-se que o jornalista é um ser à parte e desinteressado, tendo como dever apenas informar, emitindo um relato honesto a partir de suas observações daquele fato. Seu trabalho está relacionado com a busca pela verdade e nada além disso. Mesmo sendo uma teoria já debatida e refutada sob outros princípios, muitos jornalistas, e jornais, ainda a defendem, pois tratar as notícias assim gera credibilidade à mídia, colocando-a em uma posição de imparcialidade, limitada pela função profissional.

Assim, podemos considerar esse o caso da Folha de S. Paulo, uma vez que, sendo uma imprensa de referência, possui os valores pautados na objetividade e seriedade das informações, tentando se mostrar cada vez mais longe da parcialidade, embora reconheça também que é impossível ser 100% neutro.

Já a teoria do *Gatekeeper*, elaborada em 1950, por David Manning White, reflete que o processo de produção da informação é realizado a partir de diferentes escolhas, como lembra Nelson Traquina. Dessa forma, esta teoria acredita na seleção subjetiva e arbitrária de notícias a partir do olhar do jornalista. “Assim, numa teoria que Schudson (1989) designa de ‘ação pessoal’, as notícias são explicadas como um produto das pessoas e das suas intenções” (TRAQUINA, 2005, p.150).

Assim como a subjetividade do autor interfere nas produções, é fato também que o organismo onde ele se insere também possui influência na produção final, assim diz a Teoria Organizacional. Desenvolvida pelo sociólogo norte-americano Warren Breed, este estudo explica que o jornalista está mais interessado em desenvolver o conteúdo de acordo com as normas da empresa do que seus próprios interesses. Desse modo, o jornalista Felipe Pena explica:

Toda organização dispõe de meios específicos para realizar seu trabalho e eles influenciam diretamente o resultado desse trabalho, ou seja, o produto final. Em uma pizzaria, por exemplo, a qualidade do produto depende do tipo de farinha utilizada para fazer a massa, do molho de tomate, do queijo, do forno e de uma série de outros fatores. O pizzaiolo pode até ser muito talentoso, mas seu ofício está condicionado pelos meios. (PENA, 2012, p. 135).

Vale aqui ressaltar que o jornalismo é um negócio, ou seja, sua função final é obter lucro, portanto, a organização está voltada para este fim, logo o setor comercial é o mais importante para conseguir este resultado, sendo assim, um dos grandes influenciadores no processo de escolha das notícias. Seguindo tal lógica, cabe ao jornalista se adaptar nestes

ambientes, sendo obrigado a concordar com as linhas editoriais ali impostas, deixando de lado suas opiniões.

Outra teoria interessante nessa releitura é a instrumentista, onde as matérias seguem objetivamente os interesses políticos. Baseada no que conhecemos como estudos da parcialidade, que tem como objetivo identificar a presença ou a falta de distorções nos textos jornalísticos, esta teoria pode ser analisada sob dois vieses políticos: para a esquerda, as notícias são instrumentos que mantêm o capitalismo, já para a direita, elas questionam tal sistema. (PENA, 2012).

Essa breve revisão conceitual acerca das teorias do jornalismo, pode nos ajudar a reconhecer como a Folha de S. Paulo se estabelece frente a mídia brasileira, isto é, seu modo de produção e políticas internas se aproximam de quais teorias?

2.2 Os critérios de noticiabilidade

Outro meio de tentar explicar o que são as notícias é analisado de acordo com os critérios de noticiabilidade, ou seja, um “[...] Conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo valor-notícia”. (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Nelson Traquina, ao falar sobre esses valores, afirma que [eles] são um elemento central da cultura jornalística. Ainda, ao citar Golding e Elliot (1978), o pesquisador explica que tais critérios são elementos fundamentais na interação jornalística, além de terem referências sobre os conhecimentos utilizados na produção jornalística, ou seja, que podem ser utilizados para facilitar a elaboração das notícias. (TRAQUINA, 2005).

Ao tentar entender a produção jornalística e o desenvolvimento do que seria notícia ou não, o autor realizou uma análise em três épocas distintas: os anos 70 do século XX, os anos 30 e 40 do século XIX e o início do século XVII. (TRAQUINA, 2005). No período em que circulavam as chamadas folhas volantes, por volta de 1616, as notícias variavam entre assassinatos, pessoas notáveis, como reis, rainhas e a elite. “Na era das folhas volantes, milagres, abominações, catástrofes, acontecimentos bizarros foram as primeiras ocorrências tratadas nos dias que antecedem os jornais” (TRAQUINA, 2005, p. 64). Nesse ponto, podemos destacar já um critério bem conhecido atualmente: insólito, que quer dizer, acontecimentos que causavam espanto e surpresa.

Já na segunda fase, depois do surgimento dos jornais, no século XIX, quando as páginas de notícias eram tomadas em sua maioria pelas causalidades da política e economia, os valores-notícia passaram por mudanças com a chegada da *penny press*. Foi nessa época que os jornais levaram em consideração os interesses do público. Sem deixar de trazer em pauta as questões políticas, mas dessa vez de forma mais acessível a todos os tipos de leitores, eles passaram também a compreender e satisfazer os interesses locais.

Ao olharmos, então, para a terceira fase analisada, no século XX, é possível perceber, novamente, a notoriedade do agente principal da notícia, ou dito de outro modo, o “quem” importa para definir a notícia em si. A esse respeito, o autor explica: “[...] Entre 70% e 85% das notícias sobre assuntos nacionais são acerca de pessoas conhecidas: a) o Presidente dos Estados Unidos é sempre notícia; b) outras figuras nacionais como os ministros e a família Kennedy, bem como os governadores e os presidentes de câmaras locais; c) pessoas conhecidas envolvidas em escândalos eram notícias”. (TRAQUINA, 2005, p.64).

Sendo assim, ao final do estudo, não é de surpreender tamanhas semelhanças entre as notícias produzidas nestas três épocas distintas. Seria, sim, surpreendente se os acontecimentos típicos e esperados viessem a se tornar notícia. (TRAQUINA, 2005). O autor identificou, em seus estudos classificatórios sobre valores-notícia, 21 critérios de noticiabilidade, aos quais reproduzimos abaixo. Tais critérios podem nos ajudar a compreender a produção noticiosa da Folha de S.Paulo sobre a fome, nos anos 2014 e 2021.

Esses critérios são classificados em sub-classes distintas, sendo:

- 1) Critérios substantivos de seleção, que correspondem aos valores que faz um acontecimento se tornar notícia;
- 2) Critérios contextuais de seleção: equivale ao valor contextual de um dado acontecimento;
- 3) Critérios de construção: aqueles ligados à produção das notícias.

Quadro 2: Critérios substantivos de seleção

Critérios	Do que tratam
Notoriedade	O nome e a posição das pessoas são importantes para a decisão da seleção dos fatos.
Proximidade	Trata-se tanto da proximidade geográfica, quanto cultural. Quanto mais próximo do seu público alvo, maior a importância, assim, maior a chance de se tornar notícia.

Relevância	Acontecimentos que causam impacto na vida das pessoas são mais suscetíveis a virarem matéria.
Novidade	O que há de novidade, um acontecimento novo capaz de despertar curiosidade.
Tempo	Seja um acontecimento na atualidade, ou mesmo algo que passou há muitos anos e é uma data simbólica que é possível abordar novamente
Notabilidade	“qualidade de ser visível, ser tangível”, isto é, um acontecimento que causa interesse e foge da normalidade, por exemplo uma greve.
Inesperado	Algo capaz de surpreender, não só novo, mas como o próprio nome: inesperado.
Conflito ou Controvérsia	Disputa física ou verbal entre líderes políticos, pessoas públicas, ou que chama atenção necessária
Infração	Violação de regras e normas.

Fonte: elaboração própria a partir de TRAQUINA (2005)

Quadro 3: Critérios contextuais de Seleção

Critério	Do que tratam
Disponibilidade	O nível de facilidade para fazer a cobertura daquele acontecimento
Equilíbrio	Um acontecimento pode não se tornar notícia, caso o jornal já tenha debatido algo sobre ele há pouco tempo. Dessa forma, eles mantêm o equilíbrio das pautas, uma maneira de não cansar o leitor/telespectador.
Visualidade	A presença de elementos visuais que possam complementar a matéria.
Concorrência	Acontecimentos inéditos, furos, pautas que buscam algo que a concorrência não tem acesso.
Dia noticioso	Nem todos os dias existem acontecimentos adeptos a se tornarem notícias, no entanto nesses dias os jornais se abrem a noticiar fatos assim.

Fonte: elaboração própria a partir de TRAQUINA (2005)

QUADRO 4: Critérios de construção

Critérios	De que tratam
Simplificação	tratar o acontecimento sem causar ambiguidade e complexidade, de forma a ser fácil de compreensão para todo público.
Amplificação	Quanto mais amplificado o acontecimento, maior a chance dele ser notado
Relevância	Qual a relevância daquele acontecimento? É trabalho do jornalista captar daquele fato algo que vá interessar o público

Personalização	Valorizar as pessoas envolvidas. Segundo o autor, quanto mais personificado o acontecimento, maior a chance da matéria ser notada
Dramatização	Aspectos que podem causar algum tipo de comoção. Reforço crítico, emocional e a natureza conflitual daquele acontecimento

Fonte: elaboração própria a partir de TRAQUINA (2005)

Olhando para outras perspectivas, Cristina Ponte vai além do entendimento de que apenas o inesperado e o negativo chamam a atenção para serem transformados em conteúdo noticioso. Citando Stuart Hall, ela explica que estes valores são mais que uma listagem de elementos, ou seja, “[...] Operam como estrutura de retaguarda social, profunda e escondida, e requerem um conhecimento consensual sobre o mundo”. (PONTE, 2005, p.192).

Ponte lembra que, nos anos 60, os noruegueses Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge, ao realizarem uma cobertura de crises políticas internacionais, desenvolveram uma pesquisa acerca dos critérios de noticiabilidade, separando a percepção e imagem dos jornalistas da percepção e imagem do público que recebe as informações.

Nesse campo, as visões de alguns autores se contrapõem no que diz respeito a cada critério ou como devem ser feitas as classificações. Quando se trata, por exemplo, do critério de proximidade, de formas simples, Nelson Traquina recorre à proximidade geográfica e cultural. Do mesmo modo, Galtung e Ruge (citados por PONTE, 2005) concordam com esta perspectiva, porém, para eles, este critério está relacionado também à significância e ao interesse.

Já para Mauro Wolf (citado por PONTE, 2005), a significância é um critério ligado à importância e também ao interesse. Explicando o primeiro, o sociólogo italiano entende que, o que representa a dimensão coletiva daquele fato, segue algumas variáveis: “1) o grau e o nível hierárquico dos indivíduos nele envolvidos; 2) O impacto sobre a nação e o interesse; 3) a quantidade de pessoas envolvidas; 4) a relevância do acontecimento quanto à evolução de uma determinada situação” (PONTE, 2005, p. 200,). Já o interesse, para Wolf, está vinculado à subjetividade.

Por sua vez, Luís Ladeveze (1991, citado por PONTE, 2005), também trouxe sua perspectiva sobre o que seria o interesse na mídia, dividindo-o em duas categorias: interesse público e do público. Ao explicar este valor, o primeiro diz respeito a todas as questões que importam para a população. Já o segundo, que ele determina também como psicológico, surge por motivações individuais.

Ainda sobre este mesmo termo, a filósofa Victoria Camps, cuja linha de estudo envolve a ética da informação, não concorda que exista uma diferença entre interesse público e do público. Nesse caso, ela une os dois em interesse comum da sociedade. Cabe aqui trazer uma perspectiva deste critério, de acordo com o entendimento de Camps, que assume o tópico discutido nesta pesquisa, a fome:

O interesse comum fala-nos dos problemas dos menos favorecidos, da fome, das disputas étnicas, da emigração, da velhice, do desemprego, das grandes doenças, dos desastres ecológicos. Se é certo como penso, que a informação dos meios de comunicação deve sensibilizar e criar atitudes e opiniões, polarizar os interesses no interesse comum é apenas tratar de sensibilizar toda a sociedade em relação a determinados temas e situações que, ainda que de fato não nos afetem, deveriam afetar-nos e mobilizar-nos. Essa é a única ‘comunidade’ de interesses realmente necessária para combater o liberalismo e o individualismo extremos”. (CAMPS, 1993, citada por PONTES, 2005, p. 203).

Embora inúmeros critérios de noticiabilidade possam ser relacionados à fome, Cristina Pontes, ao analisar o estudo de Galtung e Ruge, chama atenção para o que eles classificam como tempo de acontecimento ou frequência do sinal, que nas palavras dela “traduz a quantidade de tempo necessário para que um evento tenha visibilidade e adquira significado” (PONTE, 2005, p. 194). Tal relação entre o tempo de acontecimento e de cobertura, ao tratar de desastres lentos, como a fome, que não são datados e não pertencem a algo isolado, quando investigados pela mídia, possuem tempo curto de duração, centrado no fato daquele momento [fome], mas não no seu contexto.

Nos estudos desenvolvidos por Traquina, outro critério chama atenção: notabilidade, ou seja, “qualidade de ser visível, ser tangível” (TRAQUINA, 2005, p. 82). Nesta classificação, entende-se como um acontecimento que fuja da normalidade e, por isso, chama atenção pode tornar-se notícia. Como exemplo, o autor utiliza movimentos grevistas, que sempre são noticiados, mas antes de acontecerem, suas causas, mesmo que sempre alertadas, não viram notícias em quase veículo algum. Mas, trazendo para este estudo, a fome é assim também tratada, como veremos mais adiante. Mais uma vez, temos o fato virando notícia, mas não sua problemática mais ampliada.

Para melhor entendimento dos dois critérios acima - tempo e notabilidade, podemos voltar ao exemplo da fila para comprar ossos em Cuiabá (MT). Impactados pelo o que as crises - descritas anteriormente - causaram no país, jornais se voltaram para o acontecimento em relevo. O fato era um prato cheio para o noticiário, toda aquela cena era recheada de

“critérios de noticiabilidade”. Dentre os quais podemos destacar, o tempo e notabilidade citados acima e também a relevância, novidade, notabilidade, visualidade, amplificação e dramatização, de acordo com a lista de Traquina.

É fato que os valores-notícia são utilizados para seleção e produção das matérias jornalísticas, mas como bem lembra Traquina, não são apenas eles que conduzem todo o processo, uma vez que organização e políticas editoriais da empresa também orientam na produção do conteúdo. “A direção da organização jornalística (ou os seus donos) pode influenciar o peso dos valores notícias com a sua política editorial, às vezes por razões pessoais, dando prioridade a certo assunto ou tema”. (TRAQUINA, 2005, pág. 94). Dessa maneira, podemos questionar os modos como a Folha de S. Paulo constrói as notícias sobre a fome a partir de escolhas pautadas em função de seu perfil editorial, como veremos.

Por isso, ao perguntar novamente “o que são as notícias?”, apenas os critérios de noticiabilidade e as teorias do jornalismo não são capazes de nos responder. Eles podem guiar e dar perspectiva do que pode ou não ser viável, com base no seu público, no seu alcance, na sua linha editorial e, para além disso, antes de serem elaboradas, as pautas são escolhidas por pessoas que possuem alguma intenção. Por isso, é necessário levar em consideração, ao questionarmos o porquê algum assunto virou notícia, a subjetividade, os interesses e todos os poréns que podem ter originado aquela matéria.

2.3 O jornalismo e a produção de sentido

A presença ou não de opinião em textos jornalísticos esteve sempre em debate e ainda hoje há discordâncias sobre a consequência da argumentação em produções cujo objetivo deveria ser apenas informar. De um lado, de acordo com Emediato (2013), a opinião sempre foi parte constitutiva do discurso jornalístico, por outro, ela é vista como desvio de deontologia.

No entanto, ressaltamos aqui a imprensa de referência, como o jornal Folha de S.Paulo, que possui como foco produções voltadas a valores como o da objetividade jornalística. Zamin (2014) ao tentar defini-la, trouxe à luz o conceito abordado sob diferentes autores, dentre os quais, cita Amaral (2004), que entende o desenvolvimento da imprensa de referência com base em uma matriz racional-iluminista “[...] que convive com os compromissos mercadológicos e define-se como divulgadora dos fatos de interesse público,

evocando seu compromisso com a verdade dos fatos” (ZAMIN 2014, citando AMARAL 2004).

Do mesmo modo, a autora traz a referência de Emediato (1996) sobre o termo, em que o linguista expressa que a imprensa de referência está associada ao contrato de informação e ao compromisso com a credibilidade. Souza (2001) também a conceitua: “Rigor, exactidão, sobriedade gráfica e de conteúdos, análise e opinião, independência e culto da objetividade (até os anos 70) foram e ainda são as marcas do jornalismo de referência”. (SOUSA, 2001, p. 26).

Dito isso, retornamos a Emediato (2013) que, levando em consideração a lógica mercadológica e as concorrências na mídia, ressalta a necessidade da heterogeneidade de opiniões na imprensa e, conseqüentemente o apagamento da sua própria opinião, para sobreviver diante desta lógica. “Portanto, o que caracteriza a imprensa de referência atual não é, de fato, a ausência ou a presença de opinião, mas a forma como é realizada a gestão das vozes e dos pontos de vista na perspectivização dos fatos [...]” (EMEDIATO, 2013 p. 70).

No que diz respeito à produção de textos jornalísticos, a heterogeneidade também aparece nos diferentes tipos de produções, isto é, gêneros textuais. Dentre eles, há os textos argumentativos, como editoriais, colunas, crônicas e artigos de opinião e, os informativos, como reportagem, notícia e entrevista. Cabe aqui uma observação: embora os primeiros claramente apresentem opiniões, os segundos não a deixam de fazer, uma vez que entendemos que a imparcialidade está fora de cogitação. Portanto, embora os textos informativos apresentem uma visada de “fazer-creer”, como ressalta Emediato, eles não deixam de apresentar um ponto de vista (EMEDIATO, 2013).

Uma vez que o informante, ou seja, o jornal, entra em contato com um determinado acontecimento, a forma como ele irá reportá-lo será definida de acordo com os seus próprios contextos e a ética que o envolve. Sendo assim, ao se deparar com o conteúdo sintetizado pelo informante, o leitor será imergido nas mesmas ideias do informante e interpretará o fato, conforme a perspectiva dada por ele. Por isso, ao explicar os atos de linguagem, Emediato reconhece a dimensão argumentativa proposta por Amossy (2006, citado por EMEDIATO, 2013), do mesmo modo que entende que os efeitos contextuais são potencializados pela ética cidadã. Isto porque, “toda comunicação tem dimensão argumentativa e para que seja de fato entendida é necessário a ética cidadã a qual se vincula toda informação jornalística de referência” (EMEDIATO, 2013, p.71).

Para entender melhor a presença de argumentação em textos jornalísticos lidos como apenas informativos - a exemplo das reportagens produzidas pela Folha sobre a fome, em 2014 e 2020 - o autor busca identificar as estratégias por trás dessas produções que, de alguma forma, possuem opiniões. Segundo ele, esta presença está não somente no texto em si, mas antes nos títulos que, segundo ele, apresentam dimensão argumentativa dupla, ou seja, têm o intuito de persuadir o leitor a continuar lendo ao mesmo tempo que o influencia a entender aqueles dados relatados, de acordo com a perspectiva do informante.

Ao pensar então na argumentação, é necessário entender que existem textos cujo argumento fica explícito em seu discurso e outros não. Assim, podemos separar em produções declaradamente argumentativas (editoriais, colunas de opinião) e outros que possuem dimensão argumentativa (reportagens e notícias). Essas últimas, como as incluídas no material de análise desta pesquisa, voltadas para a produção de informação, são na verdade portadoras de opinião e pontos de vista, disfarçados como fatos:

É por essa razão que eu sustento, com Amossy (2006), que o jogo da argumentação não deve ser buscado unicamente na visada argumentativa explícita que caracteriza certas situações de discurso, mas em uma dimensão comportando estratégias, nem sempre conscientes ou manipuladoras, pelas quais um sujeito deseja propor pontos de vista a um destinatário/leitor (EMEDIATO, p. 79, 2013).

Desse modo, este autor entende que as estratégias de argumentação são utilizadas em dadas situações, quais sejam (EMEDIATO, 2013, 79): 1) Na maneira como são utilizadas as palavras e a enunciação; 2) Nas categorias linguísticas discursivas que eu escolho que, por sua vez, são portadoras de intenções argumentativas que evocam inferências no leitor; 3) No uso de indução, disjunção, analogias e outros tipos de raciocínio.

Para Emediato (2013), o enquadramento é um tipo de estratégia utilizada para argumentação. Citando Jean-Blaise Grize (1990), o autor explica que o enquadramento é um tipo de esquematização que orienta o olhar do outro. Então, ele o separa em cinco subclassificações:

“Enquadramento por tematização”: A matéria traz um tema que seja interessante ao leitor. Ao entrar em contato, a partir das suas memórias, contextos e efeitos contextuais, ele entende o que está escrito. Ou seja, o enquadramento atua na memória do leitor conteúdos que ele irá interpretar de acordo com seus valores simbólicos. “O enquadramento temático é construído igualmente na base de um consenso suposto” (EMEDIATO, 2013, p.82).

“Enquadramento por designação”: Modelo que faz circular pontos de vista por meio de atribuições. É um tipo de argumento manipulador, que impõe ao leitor o modo como ele deve ver o fato. Por exemplo: “aquele político é corrupto” - todos os políticos são corruptos.

“O enquadramento do Dizer do outro, os verbos de atitude”: Implica o uso de verbos como acusar, negar, censurar, que indicam a opinião do enunciador, utilizados com intuito de representar uma problemática. Por exemplo: “Pedro ataca João”, utilizado como algo muito grave, quando, na verdade, Pedro falou sobre João. O uso do verbo escolhido traz mais agressão ao enunciado e influencia o leitor a pensar daquela maneira.

“Enquadramento por questionamento”: O uso da interrogação como forma de instigar o leitor a uma problematização. Por exemplo: “Devemos ter medo dele?” - enunciado de um jornal que faz referência ao ex-presidente venezuelano Hugo Chávez. A pergunta faz o leitor se questionar: devo ter medo? Por que eu devo ter medo? O que ele representa para mim? De que modo ele me atinge? Aqui trata-se de um acontecimento provocado, pois o jornalista, ao trazer esse enunciado, desperta no leitor diferentes reações.

Outro fato importante são as estratégias enunciativas. A enunciação é, por si só, uma perspectiva. Quando você se depara com algo e lê, automaticamente se vê diante de um fato e o interpreta à sua maneira. Pensar é pôr em cheque aquela leitura, conforme suas interpretações. Desse modo, quando falamos de modalização ou modalidade enunciativa seria o mesmo que se questionar: qual o propósito daquela enunciação e como ela é feita pelo agente enunciativo? (aqui, no caso, o veículo). Ao explicar esse raciocínio, Emediato (2013) o separa em duas dimensões integradas entre si: *Dictum*, que seria o conteúdo, e o *modus*, a forma como foi dito. Ou seja, a forma como você escolhe enunciar determinado acontecimento é o modo como você argumenta sobre aquele fato.

Por exemplo, algumas coisas no jornalismo são enunciadas como evidência, mas poderiam trazer outras intenções, como possibilidade ou hipótese, oferecendo ao leitor um espaço maior de interpretação e dando a ele a chance de escolher o que pensa sobre determinada questão.

No domínio da crônica econômica e política, encontram-se, com bastante frequência, afirmações categóricas emitidas por jornalistas quando elas, de fato, só reproduzem discursos de especialistas que exprimem suas opiniões, relativas e controversas, sobre questões econômicas e políticas que não possuem uma única interpretação. (EMEDIATO, 2013, p.87).

Por isso, saber o que é a enunciação e o modo como ela é feita é fundamental para entendermos os argumentos, uma vez que eles são frutos da mesma, ou seja, eu leio, eu interpreto e eu argumento sobre aquilo de acordo com meus insights.

Nesse ponto, ao observar o discurso relatado, percebemos que é ainda mais complexo pois ele apresenta apenas fragmentos da ação, relata uma perspectiva, a visão de quem o está fazendo. O jornalista, ao escrever sobre algo, transforma sob o seu ponto de vista, e sua narração é, portanto, diferente do discurso original.

Ou seja, eu, jornalista, vou relatar algo, mas a partir do momento que faço isso eu transformo aquela ação quando eu narro, comento, falo sobre algo, eu mudo, sou eu falando e não mais o discurso original. “Eles são transformados a tal ponto que muitas vezes não conseguimos mais identificar os traços do discurso de origem, pois estes se encontram totalmente apagados pela transformação perifrástica e metatextual. (EMEDIATO, pp. 81-88, 2013). Portanto, o problema da argumentação no discurso relatado está ligado justamente a essa transformação feita pelo sujeito informante.

O autor também explica os laços da causalidade como estratégias de argumentação, sendo ela, o tipo de produção mais utilizada, já que ao informar, o jornalista está respondendo às questões “o que? como? onde?”, apresentando o fato e suas consequências. Como exemplo, Emediato traz o título “Chirac desaprovado, Europa desestabilizada”, onde x implica y, ação e reação. O sujeito comunicante escolhe como informar, esperando que o leitor, ao se deparar com a narrativa, entenda conforme o contexto social e cultural sob qual circula aquela informação. (EMEDIATO, 2013). Porém, mesmo que o leitor não entenda tal contexto, a escolha de como foi passada a informação o faz ligar a algo “ruim”.

Assim, Emediato retorna ao que ele já havia explicado: “[...] A informação midiática orienta a leitura do destinatário em direção a uma problematidade ética” (EMEDIATO, 2013, p. 93). Sendo assim, a ética orienta o destinatário, que pode se incomodar ou não com a informação, dependendo do que julga eticamente correto. Em outro exemplo citado pelo autor - “Governo engaveta investimentos” - a interpretação pelo uso do verbo “engaveta” gera insatisfação ao leitor, pois ele identifica falta de orçamento para saúde, educação e ações sociais. O mesmo efeito não seria despertado caso o agente informante utilizasse o verbo “reduz”, onde o leitor provavelmente poderia entender que há problemas orçamentários e tal redução seria necessária.

“É, portanto, a uma certa ética cidadã que o sujeito da informação se orienta e é guiada por ela que o leitor se posiciona em sua leitura. Se o leitor ativa

essa ética na recepção dos textos, ele assume uma posição de leitura que provoca nele uma emoção correspondente, a indignação (se o que o governo fez não é justo, ele deve, enquanto cidadão, indignar-se). O julgamento ético funda-se no antecedente da emoção, que é o seu consequente. A ética cidadã funciona, assim, como uma premissa determinante no funcionamento do discurso da informação jornalística”. (EMEDIATO, p. 94, 2013).

Emediato conclui, desse modo, que a mídia é um dispositivo comunicacional, cujos discursos provocam diferentes tipos de inferências e efeitos para o leitor. Ele também entende que os veículos comunicacionais trabalham reafirmando preceitos éticos-cidadãos da sociedade. Ao mesmo tempo, sabemos que a mídia é parcialmente independente, o que significa que ela trabalha por interesses políticos, econômicos e afins que determinam seu funcionamento. Logo, tudo isso influencia no tratamento da informação jornalística.

De acordo com Emediato (2010), a mídia não apenas relata o acontecimento mas o constrói de modo que coloca em evidência aquilo que não se vê, ou seja, levanta hipóteses, problematiza e impõe ou orienta conclusões. Nesse sentido, a produção jornalística, com exceção das colunas de opinião, não apresenta incisivamente uma dimensão de argumentação, ficando a cargo dos leitores sua interpretação. “Por isso, se faz necessário interpretá-lo (o texto) considerando as representações implícitas que traduzem a problematidade subjacente aos enunciados” (EMEDIATO, 2010, p. 79). Estas mesmas representações implícitas, que nos ajudam a identificar a problematidade argumentativa, apontam também para uma ética cidadã, levando o leitor a entender dada situação de acordo com a ética que o envolve.

Explicando a teoria da argumentação na língua, o autor recorre a Oswaldo Druet (1988), quando este disse: “o sentido de um segmento S da língua não corresponde às informações contidas nesse segmento S, mas aos encadeamentos discursivos evocados por S, ou suas continuações possíveis”. (DRUCT, 1988, citado por EMEDIATO, 2010, p.80). Ou seja, além do significado claro do enunciado, ele possui também uma orientação argumentativa e interpretá-lo exige de nós entender o que Emediato chama de problematidade, isto é, o modo como o veículo problematiza os acontecimentos, a estrutura pelo qual ele argumenta com seus leitores.

Nos interessa aqui também outra teoria de Oswaldo Druet: a tese de Topoi, na qual, os Topoi (o agente enunciativo) são garantidores da argumentação. “Se há continuação é porque os lugares da enunciação, os topoi, estão presentes na atividade discursiva e exercem certa força sobre a direção que se deve dar à interpretação”. (DRUCT, 1983, citado por EMEDIATO, 2010, p. 80). Nesse ponto, a negociação do sentido, no contrato de comunicação

(o que se fala, o que se entende) vai depender dos lugares de interpretação, isto é, qual quadro interpretativo o leitor usará para aquela situação, pois assim como sabemos, é possível fazê-lo de diferentes formas. Para concluir este entendimento é necessário olharmos também para o que Parret (1983, citado por Emediato, 2010), diz sobre sentido. Para ele, as consequências de um enunciado não podem ser geradas apenas por quem o enuncia, mas pela interpretação, que preenche aquele espaço que ficou subentendido.

Dito isso, a enunciação não se completa, não atinge seu ápice até ser interpretada. Ao ler um enunciado, automaticamente faz-se ligações e interpretações a partir de uma “inferência abdutiva”, de acordo com Emediato, completando de vez o propósito do enunciado. Assim, o diálogo de fato vira um diálogo. A abdução, um insight, lampejo que você tem a partir daquela leitura, te leva a novas interpretações, novas hipóteses, não declaradas no enunciado. Porém, é importante lembrar também que a abdução pode levar a erros, uma vez que ela é considerada um palpite, pois a interpretação é pessoal e, por isso, não significa que é a esperada pelo enunciador.

Tais elementos teóricos e linguísticos apresentados até aqui nos permitem entender que a enunciação vai além do enunciado. Emediato explica que não é possível encontrar sentido em um enunciado apenas pela sua formalidade, apenas pelo escrito e pelo dito, mas precisamos compreender que ele “[...] Diz mais, muito mais, do que diz empiricamente” (EMEDIATO. 2010, p. 82).

O autor então conclui que o sentido do discurso não é convencional e sim conversacional:

“Isso implica admitir que não podemos descrever empiricamente o sentido da enunciação pelo enunciado, já que grande parte da enunciação não é enunciada. Se o sentido do enunciado é, em grande parte, sua razão de existir e de ser atualizado em uma dada circunstância, descrever o sentido do enunciado é compreender a sua problematicidade, ou, como diria Michel Meyer, sua direção problematológica”. (EMEDIATO, 2010, p. 82,).

Voltando, então, para o discurso na mídia, os elementos linguísticos e teóricos citados acima nos ajudam a compreender a argumentação presente nos jornais. O estudo da problematicidade externa dos enunciados, nos faz entender para onde o discurso midiático deve se voltar ao ser uma imprensa de referência, do mesmo modo que o leitor precisa se dirigir à instância cidadã para ser um leitor de jornal de referência, isto é, do mesmo modo

que o público de um jornal de referência precisa se voltar a instância cidadã, as normas e éticas que regem a sociedade, para se constituir como leitor de jornal de referência.

No entanto, Emediato explica que nem toda problematidade na mídia é cidadã. No jornalismo de referência tal problematidade é encontrada, pois os fatos ali são inseridos de acordo com um paradigma cultural, seja ele político, econômico, social, a partir do qual despertar no leitor distintas racionalidades sociais, de acordo com o seu julgamento social. (EMEDIATO, 2010).

Dessa forma, para cada modelo de mídia, há uma problematidade em seu quadro argumentativo. No Quadro 5, abaixo, o autor apresenta quais são eles, seguidos pelos sentimentos evocados por cada um.

Quadro 5: As diferentes razões da problematidade na mídia

As diferentes razões da problematidade na mídia		
Tipo de jornal	Razão	Sentimento
De referência	Ética cidadã	Indignação
Popular	Catártica	Primário: horror, ódio, alegria, tristeza, vingança
Político	Partisan	Engajamento
Empresarial	Corporativa	Competitividade
Religioso	Fundamentalista	Epifânico

Fonte: EMEDIATO, 2010.

Segundo Emediato, movidos pela ética-cidadã, os leitores da imprensa de referência são direcionados ao sentimento de indignação. Se olharmos, portanto, para explicação etimológica da palavra, para entendermos o seu sentido, precisamos levar em consideração, de acordo com Carlos Fernando Jáuregui Pinto, a herança dos diversos usos que o termo carrega. Citando Houaiss (2009), Carlos apresenta a palavra em sua memória morfológica. Formada pela junção do verbo “indignar” e o sufixo nominal “ção”, o termo seria conceituado como um sentimento de cólera ou desprezo diante de uma injustiça. (PINTO, 2015).

Mas, para uma melhor compreensão, o autor também apresenta a explicação da palavra sem o prefixo in, isto é “digno”, apontada também por Houaiss (2009). “[...] Se refere àquilo ou àquele que “1) que merece; [é] credor [...] 2) que está em conformidade; apropriado, conveniente, adequado [...] 3) que tem ou revela dignidade ou elevação de caráter; honestidade, honradez” (HOUAISS, 2009 citado por PINTO, 2015, p. 53).

Para além do universo semântico, a indignação pode ser observada no campo da filosofia. Ao recorrer às compreensões da palavra desenvolvidas neste meio, Pinto cita o segundo livro da Retórica de Aristóteles, na qual o filósofo coloca a indignação na posição contrária à compaixão.

“Em oposição à compaixão, que seria dirigida a alguém que passa por um sofrimento desmerecido, a indignação seria direcionada àquelas pessoas que obtêm algo que não lhes é apropriado, o que revela uma avaliação sobre aquilo que é digno e o que é merecido. Portanto, sente-se indignação em função de uma circunstância de injustiça e contra alguém que não é considerado digno de algo”. (PINTO, xxxxx, p. 54).

Ainda, o autor recorre a compreensão de René Descartes (1999). O filósofo racionalista propõe em seus estudos que todas as paixões seriam derivadas das seis paixões primitivas. São elas: admiração, amor, ódio, desejo, alegria e tristeza. Dessa forma, ele explica que a indignação seria a junção das paixões primitivas da tristeza e do ódio. René Descartes também aponta a proximidade da palavra indignação com a inveja e a relaciona com o entendimento do que é ou não é digno. (PINTO, 2015).

De acordo com o Quadro 5, pode-se perceber como as representações construídas por cada um desses jornais são diferentes. Olhando os três primeiros tipos de jornais percebemos que, enquanto o jornalismo de referência tem como base uma produção sustentada pela ética/cidadã, o popular, na maioria das vezes sensacionalista, cria narrativas que, segundo Emediato, colocam o leitor em uma linha muito tênue entre o real e o ficcional. O jornal político, por sua vez, se aproxima do jornal de referência pela implicação social e tematização dos fatos, “[...] mas distancia-se da ética cidadã figurada (idealmente) como imparcial, para propor o engajamento explícito nos saberes de crença da política [...]” (EMEDIATO, 2010, p. 84).

O enunciador, ao trazer uma dada situação, se apropria de posições de conformidades valorizadas socialmente, mas ao fazer isso, ele insere a sua perspectiva sobre aquilo, apresentando ao final, a sua interpretação da conformidade social. Então, uma vez que o leitor

de uma imprensa de referência se enquadra em uma posição de cidadão que partilha certas normas éticas para viver em sociedade, essa ética/cidadã no jornalismo, feito para essas pessoas, não seria portanto, influenciada pela produção midiática? E se, para entender a informação midiática os leitores precisassem entender a problematidade proposta por ela (ética cidadã), ela se apresenta assim como evidência? (EMEDIATO, 2010). Portanto, esta ética pelo qual todos ficam convencidos é, de fato, um consentimento universal ou apenas uma generalização ilegítima dessas instituições particulares (os veículos de comunicação).

Seguindo a explicação sobre a argumentação, Emediato apresenta duas atitudes, complementares, que podem ser assumidas pelo discurso midiático: projetiva e impositiva. A primeira, trabalha com a descrição do acontecimento, inserindo-o em uma narrativa. Já a atitude impositiva, produz uma argumentação explicativa, do porquê aconteceu determinada situação. Dito isso, para exemplificar, o autor apresenta uma capa do jornal Folha de S. Paulo, na qual explica que os diferentes elementos presentes ali condicionam o lugar de interpretação do leitor, produzindo, logo em seguida, a problematização de acordo com a ética-cidadã.

A seguir, o autor apresenta uma análise feita por alunos de graduação sobre os diferentes títulos presentes na capa desta edição da Folha de S. Paulo. De acordo com as observações, é possível notar quais tipos de inferências, isto é, primeiras impressões, podem ser evocadas no leitor a partir, apenas, da leitura destes enunciados. Seguem-se os exemplos:

“Governo engaveta investimentos”: o verbo engavetar gera uma inferência avaliativa negativa, ou seja, o problema que incomoda o leitor é engavetar os investimentos. Ação entendida como prejudicial a eles.

“Lucro de banco privado cresce 10 bilhões em oito anos”: novamente uma inferência avaliativa negativa, uma vez que o lucro dos bancos privados de nada acrescenta ao cidadão, o que seria o contrário se o mesmo lucro fosse dos bancos públicos. O lucro representa o crescimento dos bancos em um país com milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Se comparado com o título anterior, é gerada ainda mais indignação, pois enquanto bancos privados lucram, o governo engaveta investimento.

“Saiba como é a casa sustentável”: positiva, pois pode ser vista como alternativa para as situações sociais do país. Aqui, o título é contrário aos outros dois anteriores que geraram inferência negativa, uma vez que prejudicava o cidadão de algum modo.

“Em gravação, Frigorífico líder admite formar cartel”: Uma representação da desigualdade social, da falta de políticas públicas, distribuição de renda desigual e, por isso, mais uma vez uma inferência negativa.

“Economia vai crescer 5% na campanha diz, Palocci a Lula”: Aqui, de acordo com a análise, é possível ver uma influência positiva gerada pelo aumento na economia o que representa um crescimento favorável para a população. Mas, ao mesmo tempo, o termo “campanha” gerou inferência negativa, por ser relacionado à estratégia de campanha eleitoral. Novamente comparando com o primeiro título, "Governo engaveta investimentos", o crescimento dito aqui fica contraditório

“Vaidade traz riscos à saúde e à beleza em cirurgia estética”: Mesmo sem estar ligada diretamente a questões sociais/políticas, a análise deste título foi relacionada às pessoas de classe privilegiadas que possuem acesso a esses procedimentos. (EMEDIATO, 2010, p. 91-93).

A análise conclui que a produção midiática dos lugares de interpretação é condicionada de acordo com os elementos utilizados, ou seja, as representações geridas pelo agente enunciador. “A informação na imprensa, seja ela qual for, parte de um investimento narrativo que constrói um tipo de relação do leitor com o mundo”. (EMEDIATO, p. 93, 2010). Dessa forma, é possível observar, mais uma vez, que a informação não se encontra apenas no dito, apenas no escrito, no conteúdo em si, mas ela é complementada após o leitor preencher as lacunas propostas pelo quadro de questionamento que o leva a problematizar o enunciado.

2.3.1 O jogo de poder no campo da linguagem

Ainda, ao falar sobre o campo das Ciências da Linguagem, Emediato (2008) afirma que, um dos pontos mais interessantes deste estudo, está relacionado com a inserção social que a prática da linguagem favorece e o poder que dela se obtém. Entretanto, o linguista também ressalta que este campo social da linguagem não é de interesse apenas da análise de discurso, mas da sociolinguística, isto é, as maneiras de falar e suas funções dentro dos grupos sociais, além de ser relevante também para os estudos gramaticais, como da Psicologia Social, da Sociologia e Ciências Políticas. Assim, entendemos que o tema se faz importante em diferentes esferas e, por isso, trata-se de uma importante análise também nesta pesquisa.

A princípio, para entendermos os estudos acerca do discurso, precisamos antes compreender que, por trás dele, há uma ancoragem social “[...] Que não pode ser equivalente a contexto, categoria mais limitada a uma circunstância imediata da produção enunciativa ou ao entorno do próprio texto”. (EMEDIATO, 2008, p. 71). Mas, o que seria essa ancoragem social? Todo o sistema que garante a troca comunicativa entre os agentes sociais, ou seja, as

normas, convenções e demais parâmetros que permitem que a comunicação seja, de fato, efetiva.

Ao falar sobre este lugar social do discurso, Emediato (2008) traz como base um dos maiores pesquisadores da Semiologia, Patrick Charaudeau. Este espaço social seria, portanto, o local onde ocorrem as trocas comunicativas, de acordo com as normas e princípios da comunicação, que permitem o relacionamento discursivo interregulado. Dessa forma, entende-se que é na interação social que se constroem as relações de poder. Este poder na comunicação, segundo Emediato (2008), seria multifacetado:

Há poder sobre a gestão da palavra, sobre os temas, sobre os princípios de interpretação, sobre a gestão dos padrões de conformidade (estética, ética, hedônica, pragmática, da verdade). Assim, grande parte da conformidade estética é elaborada pelos agentes que interagem no meio artístico, literário, da alta costura, da moda, dos concursos de beleza. E é no discurso que se definem os padrões de conformidade da feiura e da beleza, as propriedades repulsivas e atrativas das formas” (EMEDIATO, 2008, p. 72).

As interações sociais também são responsáveis por hierarquizar os valores em dada circunstância. Por exemplo, ao utilizar das frases “ele rouba, mas faz” e “ele faz, mas rouba”, Emediato (2008) explica esta posição hierárquica, onde, no primeiro exemplo, o valor pragmático vale mais que o ético, significando que não há problema em roubar (antiético), desde que faça. Já na segunda frase, ocorre o contrário, o valor ético está acima do valor pragmático. Mas, é importante ressaltar que, no campo do discurso, a eficácia argumentativa de ambas frases depende que os interlocutores envolvidos na discussão possuam as mesmas hierarquias estabelecidas. Isto é, para que o argumento seja válido no primeiro, o receptor precisa, assim como o locutor, priorizar o valor hierárquico ao ético. Os exemplos dados pelo linguista e replicados aqui nos permitem concluir que, embora seja possível você estabelecer padrões de conformidade em um discurso, não significa que terá poder sobre ele, apenas participa desse poder que vem dele, considerando o discurso interregulado.

Charaudeau (2006), citado por Emediato (2008), explica que o poder possui relação com a posição social que, por sua vez, se obtém por meio do discurso. Por isso, não há poder dentro de uma relação, é necessário ter aquele que exerce o poder e o outro que possui o poder exercido sobre ele. “Por outro lado, nas práticas sociais institucionalizadas, o poder é poder delegado, estruturado e estruturante (BOURDIEU, 1982 citado por EMEDIATO, 2008, p. 73). Dessa forma, o poder existe e está presente nas relações sociais e comunicativas. Nesta relação, há quem possua o poder enunciativo e isso, segundo Emediato (2008), possui relação

com o lugar social e a distribuição de poderes delegados, e é justamente essa estrutura que dá sentido ao ato de comunicar-se.

Ao olhar para a mídia, Emediato (2008) reconhece que o seu poder maior está na sua autoridade e legitimidade para tematizar o espaço público.

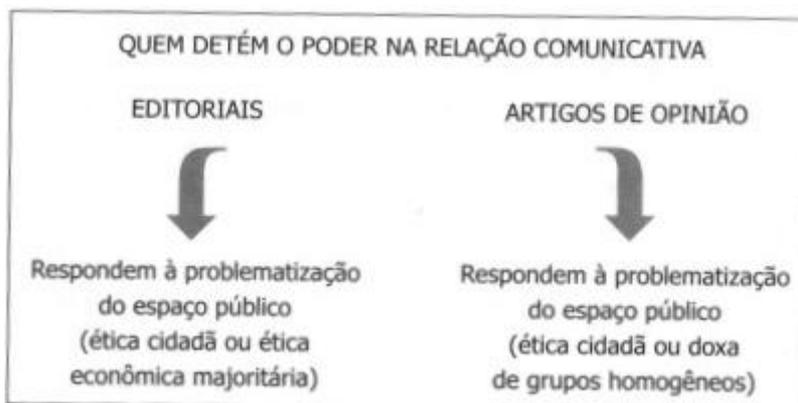
O poder sobre a tematização é, certamente, regulado pela necessidade de enquadrar os temas dentro de unidades culturais paradigmáticas, conforme observou Mouillaud (1990). As unidades paradigmáticas são construídas, em parte, por força externas às empresas jornalísticas. Se a mídia organiza o espaço público como espaço de discussão, ela não é, por outro lado, a fabricante do espaço público e nem possui o monopólio da discussão e da problematização na sociedade. (EMEDIATO, 2008, p.74).

Ou seja, a mídia, como sabemos, age sobre os acontecimentos, enquadrando-os conforme suas perspectivas culturais e editoriais. Ao fazer isso, ela está colocando o espaço público, ou seja, um determinado acontecimento, em um espaço de discussão. Mas, o que Emediato (2008) ressalta é que, o ato de tematizar e propor um debate sobre aquele fato não faz da mídia dona daquela discussão. Já sabemos também que, embora o jornal seja um ambiente para problematização, existem diferentes espaços de discussão e nem tudo se resume às visões distribuídas por eles. Assim, o autor conclui que o poder da mídia é um poder “sobre a visibilidade e sobre a invisibilidade de espaços, tópicos e agentes de discussão”. (EMEDIATO, 2008, p. 75).

A mídia possui, assim, um poder invisível sobre o seu público, exercido pela sua influência. Esse poder surge, pois nós, como cidadãos, não acreditamos que há transparência no mundo que nos cerca. Não acreditamos em tudo que vemos e ouvimos e, por isso, é necessário um agente verificador dos fatos. Então, voltando à ética-cidadã, os veículos de comunicação existem para mostrar ao seu público a verdade por trás daquilo que está oculto, o que faz deles detentores do poder de tornar visível o que está escondido. Ao assumir esta posição, o comunicador torna-se um benfeitor, um herói, pois leva o cidadão à verdade antes não exposta.

Então, se a mídia possui o poder de tematizar um acontecimento, ela também exerce poder em relação à problematização? Segundo Emediato (2008), não, uma vez que este quadro de problematização vai pertencer à ética-cidadã que norteia a sociedade, ou seja, ela apenas pode “responder problematologicamente às questões colocadas pela ética cidadã, dando visibilidade e resposta aos temas e fatos que lhe são pertinentes” (EMEDIATO, p. 76, 2008). Na Figura 3, a seguir, Emediato (2008) ilustra este raciocínio:

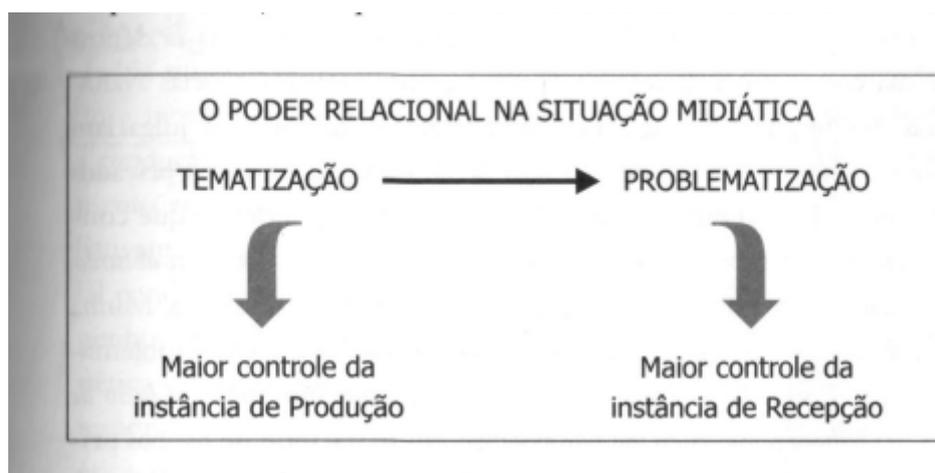
Figura 2: Quem detém o poder na relação comunicativa



Fonte: Reprodução Emediato, 2008.

Os editoriais possuem visada argumentativa como já vimos anteriormente, mas esta argumentação, aqui, vai de encontro a ética cidadã proposta pelos jornais de referência, quando os artigos de opinião não representam a voz dos jornais, mas sim aquele que o escreve, podendo, dessa forma, responder a posições políticas e econômicas mais pontuais do que o jornal. As reportagens, por sua vez, também respondem a problematização, como Emediato explica abaixo:

Figura 3: O poder relacional na situação midiática



Fonte: Reprodução Emediato, 2008

Ou seja, a informação em si não tem tanta importância, mas sim a problematização que é evocada por ela. Emediato (2008) cita como exemplo as matérias sobre filas em

hospitais, o que evoca no leitor são as falhas da gestão pública, do mesmo modo que acidentes em estrada correspondem a uma ineficiência pública. “A informação midiática é, nessa perspectiva, uma resposta problematológica a uma pergunta problematológica, situada no espaço público”. (EMEDIATO, 2008, p. 78).

3. A PRODUÇÃO DE SENTIDO NA FOLHA DE S. PAULO

3.1 O jornal Folha de S. Paulo

Fundado em 1921, o jornal Folha de S. Paulo está entre um dos maiores e mais influentes jornais diários do país. Tal crescimento se deu sob quatro alicerces do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Dessa forma, o veículo propõe conteúdos variados sob diferentes pontos de vista, pautando temas que sejam de interesse geral e público, divididos em dez seções: poder, mundo, mercado, cotidiano, esporte, ciência e saúde, folha corrida, ilustrada, turismo e ilustríssima.

O Grupo Folha é o maior conglomerado de mídia do Brasil. Nele estão inclusos: o jornal Folha de S.Paulo; o site de notícias folha.com.br; um dos mais importantes institutos de pesquisa do país, o Datafolha; a agência de notícias Folhapress; e o Centro Tecnológico Gráfico-Folha (CTG-F), maior parque gráfico da América Latina, onde é produzido e distribuído o jornal Folha física. O CTG-F possui parceria com a empresa de distribuição e logística do jornal O Estado de S.Paulo.

O jornal é também considerado uma imprensa de referência que, de acordo com Alvarez (1992), possui rigor, sobriedade gráfica e de conteúdos, além de uma crítica análise de opinião e da tentativa de trazer seus conteúdos embasados na objetividade. Sua missão, de acordo com o site¹³, é apresentar aos leitores um jornalismo plural, crítico e apartidário, na tentativa de defender a democracia e reduzir as desigualdades no Brasil. Assim como outros jornais, a Folha de S.Paulo possui valores que acredita e defende em suas produções, sendo eles: compromisso com o leitor, diversidade, excelência, independência econômica e editorial, integridade e liberdade de expressão.

Ainda, segundo o site da Folha, ao levarmos em consideração os valores, missão e visão da Folha, notamos que ela possui contrato com a verdade e entende que informações confiáveis e pluralidades de ideias assumem compromisso com a cidadania e a liberdade. Por

¹³ https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml?fill=1

isso, seus princípios editoriais buscam reafirmar sua marca, conforme demonstra o Quadro 6, a partir do Projeto Editorial da Folha de S. Paulo 2019), abaixo.

Quadro 6: Princípios editoriais da Folha de S. Paulo:

Princípios editoriais:
Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la.
Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas.
Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público.
Promover os valores da democracia representativa, dos direitos humanos, da evolução dos costumes, do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa e da equalização de oportunidades.
Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores.
Cultivar a pluralidade na composição da Redação e no conteúdo veiculado pelo jornal, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões de diferentes atores sociais, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa.
Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório.
Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão.
Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário
Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo
Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei.
Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção.

Fonte: Projeto Editorial Folha de S. Paulo (2019)

Com relação ao alcance da Folha, em 2021, de acordo com os números auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), o jornal alcançou a marca de 366.089 exemplares diários vendidos, colocando-a na posição de jornal de maior circulação total do país, incluindo produção digital e física. Além disso, sua média mensal de páginas vistas (PVs), isto é, o quanto o conteúdo foi visto, chegou a 171,5 milhões de visualizações, segundo dados disponibilizados pela empresa americana especializada em análise de tráfego, Comscore. As visualizações diárias passam de 2 bilhões, já a média mensal de usuários únicos (UV) chegou a 22,2 milhões. Todos esses números levaram a Folha de São Paulo a ser o jornal mais consumido no ano de 2021.

3.1.1 Para quem escreve a Folha?

De acordo com dados disponibilizados pelo Target Group Index - Kantar IBOPE (2018), se olharmos para o público da Folha, consolidado na Grande São Paulo, dos 1.731 deles, 5% são da classe D/E; 12% da classe A; 40% da classe C; e 43% da classe B, sendo 54% dos leitores formados pelo público masculino e 46%, feminino. Em relação à faixa etária, os números dividem-se entre: 12 a 19 anos, 7%; 20 a 24 anos, 8%; 25 a 34 anos, 18%; 35 a 44, 20%; 45 a 54, 22%; 55 a 64, 15%; e de 65 anos para cima, 9%.

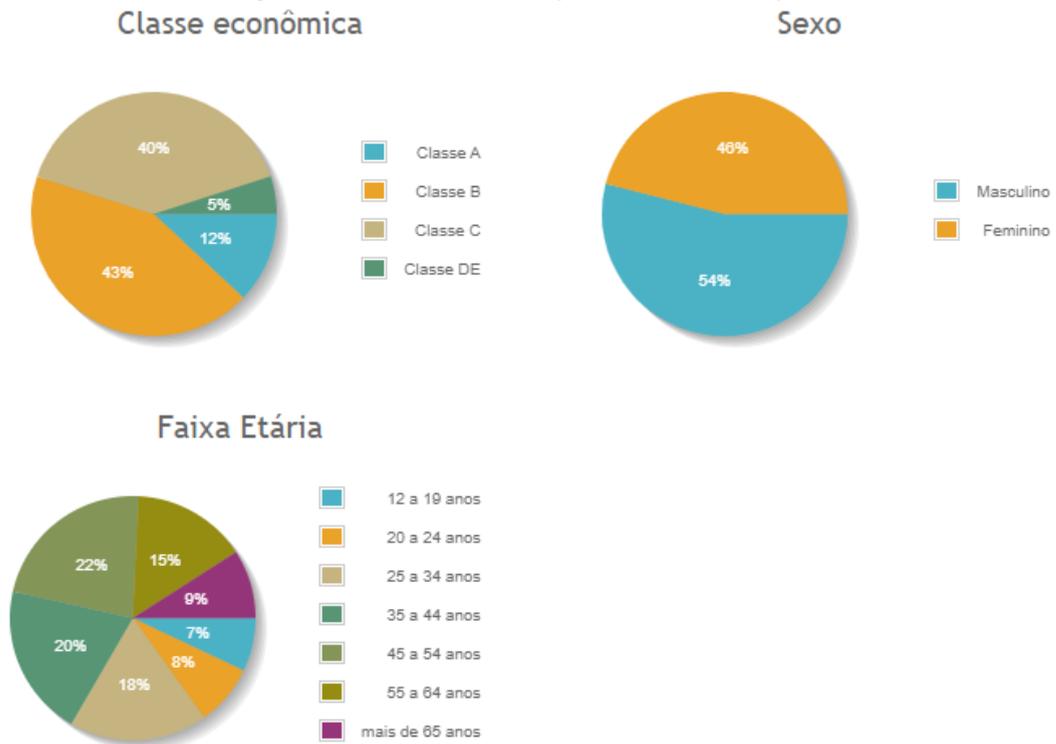
Figura 4: Número de leitores da Folha na Grande São Paulo

PERFIL DO LEITOR

A Grande São Paulo | Nacional

Grande São Paulo

Dos 1.731.000 leitores do jornal Folha de S.Paulo - (Grande São Paulo):



Fonte: Reprodução Folha de S. Paulo, 2018

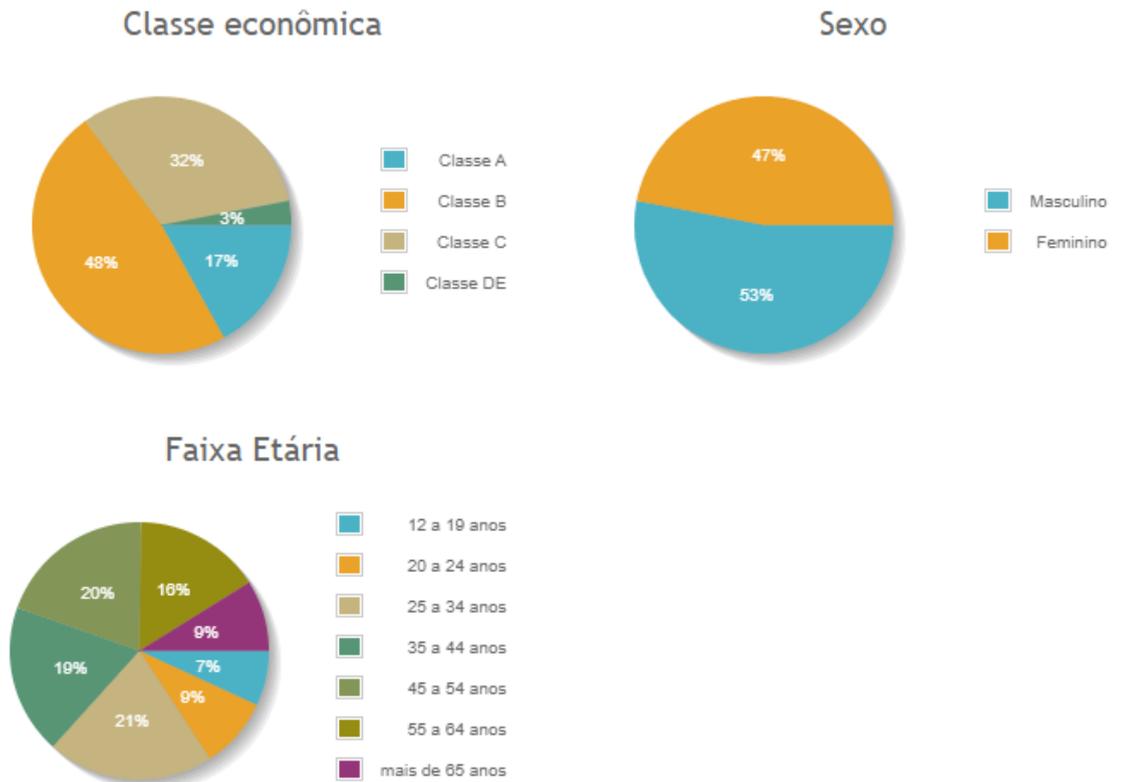
Por sua vez, em análise do público em nível nacional, composto por 1.913.000 leitores, a Classe B segue sendo a maior leitora com 48%, seguida pela classe C, com 32%; classe A, com 17%; e classe D/E, com 3%. O público masculino cai um por cento, mas segue sendo o maior com 53%, comparado com 47% feminino. Por faixa etária: 12 a 19 anos, 7%; 20 a 24, 9%; 25 a 34, 21%; 35 a 44, 19%; 45 a 54, 20%; 55 a 64, 16%; e 9% pessoas com ou mais de 65 anos.

Figura 5: Número de leitores da Folha (nacional)

PERFIL DO LEITOR

A Grande São Paulo | **Nacional**

Perfil dos 1.903.000 leitores do jornal Folha de S.Paulo - (Impresso - Nacional):



Fonte: Reprodução Folha de S. Paulo, 2018.

Mesmo que baixa, é possível ver diferença entre os seus públicos da Grande São Paulo em relação aos leitores do restante do país. Em relação à classe social, o público da classe A nacional é 5% maior se comparado à Grande São Paulo, enquanto a Classe B possui 5% a mais de leitores; já a classe C possui 8% a menos. Se verificarmos também a pesquisa “Perfil do Leitor 2000”, realizada pelo Datafolha, no ano de 2000, o público principal segue sendo de classe média alta. “O leitor típico da Folha tem 40 anos e um alto padrão de renda e de escolaridade. Se uma pessoa for escolhida ao acaso no universo de leitores do jornal, a probabilidade de que seja homem é idêntica à de que seja mulher. Sua faixa etária estará no intervalo que vai de 30 a 49 anos (a idade média é 40,3)” (SITE FOLHA, 2000, s/p)

3.2 A fome na Folha de São Paulo

3.2.1: Percurso metodológico

A seguir, tratamos a metodologia utilizada na escolha das duas reportagens a serem analisadas neste capítulo. Antes, porém, é necessário lembrar o contexto das duas épocas em investigação. Em 2014, o Brasil havia saído do Mapa da Fome, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Já em 2020, dados disponibilizados pelo Instituto de Geografia e Estatísticas (IBGE), relatam que, no ano de 2018, o país possuía mais de 5% da população ingerindo menos calorias do que o necessário. A porcentagem colocava o Brasil novamente no Mapa da Fome. Assim, a escolha do material de análise seguiu a linha temporal dos acontecimentos.

Desse modo, direcionou-se à procura do *corpus* de análise a partir de períodos específicos, no site da Folha de S. Paulo, empregando, na aba de buscas, palavras-chave direcionadas ao tema. Para encontrar a primeira reportagem analisada, utilizou-se os termos “fome” e “Mapa da Fome”, na busca realizada entre os dias 16 e 30 de setembro de 2014. A data de início das buscas remete ao mesmo dia em que ficou disponível o relatório de insegurança alimentar da FAO. No total, foram obtidos 127 resultados para a palavra “fome” e 6, quando pesquisado o termo “mapa da fome”.

Para a segunda reportagem, a busca foi realizada entre os dias 17 e 30 de setembro de 2020. Novamente, a data inicial refere-se ao mesmo dia em que a pesquisa do IBGE apontou o retorno do Brasil ao Mapa da Fome ficou disponível. Aqui foram utilizadas as palavras-chave “fome”, “Mapa da Fome” e “IBGE”, obtendo 33 resultados para o primeiro termo, zero para o segundo e 68 no último. As buscas ultrapassaram o período de divulgação dos resultados das pesquisas da FAO e do IBGE, pois tínhamos a intenção de compreender se o assunto fora pautado em outras editoriais ou mesmo em espaços de opinião, como editoriais e artigos.

É importante salientar que as buscas não foram direcionadas por editoriais e, por isso, os resultados apresentaram conteúdos disponibilizados em todas as categorias do site Folha, isto inclui: editoriais, edição impressa, blogs, agora, datafolha, livreria da folha e especiais. Portanto, os resultados, ainda que numericamente altos, não condizem com o conteúdo específico procurado. Sendo assim, as duas reportagens escolhidas foram as únicas, dentro

dos períodos investigados, que pautavam diretamente o tema em interesse nesta pesquisa: a saída e retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

Sendo assim, a primeira reportagem a ser analisada foi publicada no dia 16 de setembro de 2014, às 17:58, na seção Poder, com o título: “Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil”. Porém, ressaltamos que na mesma data, outras duas matérias foram publicadas em horários diferentes. A primeira, às 06h16, trazia o título: “Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz a ONU”¹⁴. Ainda na parte da manhã, às 10h44 era veiculada uma segunda referência ao tema, dessa vez com o título: “Brasil superou problema da fome, afirma relatório da FAO”¹⁵. Ambas se encontravam na seção Cotidiano.

A escolha para esta análise, portanto, foi pela reportagem disponibilizada no fim da tarde, às 17h58. Mas, embora este seja o foco da análise, as outras duas referências também serão utilizadas como aparato nesta pesquisa. É interessante ainda observar que embora tratem do mesmo tema, os conteúdos não constituem atualizações um do outro, mas diferem entre si, desde o título até o desenvolvimento do texto e, por isso, as duas primeiras, publicadas na parte da manhã, ajudarão a entender a reportagem publicada no final da tarde. Além disso, é importante ressaltar também que a primeira reportagem não foi desenvolvida pela equipe de jornalistas da Folha e sim pela agência de notícias EFE, uma agência internacional de notícias da Espanha.

A segunda reportagem em análise foi divulgada no dia 17 de setembro de 2020, às 10h, também na seção Cotidiano, com o título: “Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE”. A produção é a única do dia que traz diretamente o tema como pauta. Ainda para a segunda reportagem foram também analisados outros períodos que pudessem fornecer possíveis conteúdos para este trabalho. A FAO divulgou, em 2022, uma pesquisa que também trazia como conteúdo o retorno do Brasil, em 2018, ao Mapa da Fome. Por isso, no mesmo período em que a pesquisa foi divulgada, entre 6 e 31 de julho de 2022, buscamos pela palavra “fome” no site da Folha que resultou em 163 conteúdos. Por sua vez, a procura por “Mapa da Fome” e “FAO” trouxe como respostas 8 e 5 referências, respectivamente.

Mais uma vez, nem todos os resultados obtidos estavam relacionados diretamente às temáticas analisadas. Nesse contexto, apenas uma reportagem, disponibilizada no dia 7 de

¹⁴ Ver EFE (2014), disponível em: [Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz a ONU](#)

¹⁵ Ver FOREQUE, Flávia (2014), disponível em: [Brasil superou problema da fome, afirma relatório da FAO](#)

julho de 2022, às 17h33, trazia como tema a insegurança alimentar, de acordo com levantamento da FAO. O material, cujo título é “Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU”¹⁶, foi encontrado na seção Mercado. Embora esta reportagem de 2022 abordasse o tema por meio dos dados disponibilizados pela própria FAO, a escolha pelo outro conteúdo para a análise, veiculado no dia 17 de setembro de 2020, às 10h, se deu em função desta ter sido a primeira vez que o tema estava sendo abordado na Folha desde que o Brasil retornou para o mapa da fome, em 2018. Mesmo tendo uma pesquisa feita pelo IBGE como referência principal, e não pela FAO, os resultados já alertavam para a urgência da fome no país.

Para melhor compreensão de todo o contexto, realizamos também uma busca lateral em outros veículos de comunicação, para observar como e quando o assunto foi tratado pela mídia. Nesse sentido, para nos ajudar na análise da segunda reportagem, veiculada no dia 17 de setembro de 2020, vamos observar também uma reportagem disponibilizada no Jornal Valor Econômico, no dia 17 de setembro daquele ano, às 17h18, com o título: “IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador”¹⁷.

Lembramos que esta pesquisa não possui como objetivo comparar a cobertura realizada por diferentes veículos sobre o assunto em tela. A busca lateral apenas nos ajuda a entender o cenário e a tratativa da fome quando pautada na Folha de S. Paulo. Portanto, para uma melhor análise dos conteúdos escolhidos foi importante observar como o mesmo tema estava sendo retratado em outros veículos, dada a importância desta pauta, uma vez que carrega em si valores políticos, econômicos e sociais que atingem a população como um todo.

Ainda com base no levantamento, outro material nos chamou atenção para o tema. Divulgado no dia 17 de julho de 2018, às 2h - quando o Brasil, mesmo sem saber, já havia retornado ao Mapa da Fome - o artigo de opinião intitulado “Após aumento de mortalidade infantil, país pode voltar para 'Mapa da Fome’”¹⁸, escrito por Cláudia Collucci, na editoria Folha Colunista, já alertava aos leitores da Folha sobre a possível volta do país ao Mapa da Fome. Na produção, a colunista traz o alerta do economista e pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Francisco Menezes, sobre a “quase certeza” do país retornar ao Mapa da Fome. Embora o artigo tenha sido publicado em 2018, a Folha de S. Paulo em nenhum momento pautou essa possível volta do país ao Mapa da Fome

¹⁶ Ver GRAVAS, Douglas (2022), disponível em: [Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU](#)

¹⁷ Ver SARAIVA, Alessandra. BOAS, Bruno (2020), disponível em: [IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador](#)

¹⁸ Ver COLLUCCI, Cláudia (2018), disponível em: [Após aumento de mortalidade infantil, país pode voltar para 'Mapa da Fome'](#)

em suas demais editorias, naquele ano. O tema volta a ser discutido diretamente na segunda reportagem que escolhemos para análise, somente em 2020.

A seguir, apresentamos os quadros com as referências encontradas no jornal Folha de S.Paulo para os períodos pesquisados em relação à temática da fome (Quadro 7) e com as referências à pesquisa lateral em outros veículos de comunicação (jornais de referência, online) para o mesmo assunto e período (Quadro 8).

Quadro 7: Levantamento reportagens Folha de S. Paulo

Período	Título	Editoria
16 de setembro de 2014, às 06h16	Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz a ONU	Cotidiano
16 de setembro de 2014, às 10h44	Brasil superou problema da fome, afirma relatório da FAO	Cotidiano
16 de setembro de 2014, às 17:58	“Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil”	Poder
17 de julho de 2018, às 2h00	Após aumento de mortalidade infantil, país pode voltar para 'Mapa da Fome'	Colunas e Blogs
17 de setembro de 2020, às 10h	“Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE”	Cotidiano
7 de julho de 2022, às 17h33	“Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU”	Mercado

Fonte: levantamento próprio realizado no site da Folha de S.Paulo

Quadro 8: Levantamento em outros veículos:

Veículo de comunicação	Período	Título
Valor Econômico	16 de setembro de 2020, às 17h18	IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador

Fonte: levantamento próprio realizado em outros veículos de comunicação

3.2.2: A fome em 2014 e em 2020: análise das reportagens

À luz dos critérios de noticiabilidade e das Teorias do Jornalismo, segundo Traquina (2005), e da problematidade e argumentação da mídia, proposta por Emediato (2010, 2013), aprofundaremos na análise das reportagens para compreendermos as questões que nos trouxeram até aqui. Ao olhar para a Folha, um dos jornais mais influentes do país, buscamos entender como se dá o seu processo de produção quando se tem como pauta a fome, o porquê esta problemática está entre os assuntos discutidos na Folha e qual o discurso sobre o tema é construído e argumentado aos leitores.

Como vimos anteriormente, o público principal da Folha de S. Paulo é composto por homens de classe média/ média alta. Por isso, para começar nossa provocação, podemos nos perguntar: por que a Folha pauta a fome, se os seus leitores não passam fome? Parte da resposta está nos valores-notícias, a começar pelos critérios substantivos de seleção (TRAQUINA, 2005).

Ambas reportagens em análise podem ser abordadas a partir dos critérios de relevância, por se tratarem de acontecimentos que causaram impactos e, de novidade, pois foram publicadas assim que as informações sobre a fome foram anunciadas. A primeira reportagem, veiculada no mesmo dia em que foi anunciado que o país saiu do Mapa da Fome, segundo a FAO, em 16 de setembro de 2014, e a segunda, publicada em 17 de setembro de 2020, após a divulgação da pesquisa feita pelo IBGE, naquele ano, como descrito no item 3.2 desta monografia.

No entanto, os critérios principais para análise e que dialogam com a discussão de Emediato (2010), tratada no capítulo 2.3 desta monografia, são os critérios de construção (TRAQUINA, 2005). Como apresenta o linguista, a relação do leitor com a produção é baseada em um quadro de valores, no qual o jornal irá construir a produção de sentido. Ou seja, existe um contrato de comunicação entre o que a Folha produz e o leitor que a lê.

E, como esse acordo é feito? Ao falar sobre a informação midiática, Emediato (2010) explica que ela não se limita a apresentação dos fatos, mas que busca colocar em evidência aquilo que não se vê. “É nesse sentido que a informação midiática, problematiza os acontecimentos, levanta hipóteses, desenvolve teses, apresenta (ou não) provas, impõe ou orienta conclusões, conferindo ao acontecimento um valor simbólico” (EMEDIATO, 2010, p.79).

Tal problematidade, levantada pelo autor, consiste nas representações implícitas da mídia utilizadas em seu quadro de questionamentos e estrutura argumentativa. Desse modo,

considerada uma imprensa de referência, a problematidade argumentativa da Folha de S. Paulo aponta para uma ética cidadã. Isto é, o jornal irá apresentar uma situação, se apropriando de posições de conformidades valorizadas socialmente, alimentada pelo leitor cidadão que, por sua vez, partilha dessas mesmas normas éticas.

Para gerar a problematidade, a Folha se utiliza de estratégias discursivas e argumentativas (EMEDIATO, 2010), que se aproximam do que Traquina (2005) chama de critérios de construção, quais sejam: simplificação, amplificação, relevância, personalização e dramatização (ver item 2.2 desta monografia). O enquadramento, por exemplo, seria para Emediato uma das estratégias utilizadas pela mídia para argumentação, a fim de ativar no leitor memórias sobre um determinado assunto (ver item 2.3 desta monografia). Portanto ele se aproxima do critério de relevância, que consiste em encontrar naquele acontecimento algo que vá interessar o seu público.

Voltamos então o nosso olhar para as duas reportagens em análise. Levando-se em consideração a ética cidadã, o assunto fome é de interesse dos leitores da Folha de S. Paulo, mesmo que eles não sejam atingidos diretamente por ela, pois trata-se de tema de relevância social. A veiculação, seja da saída ou da volta do Brasil ao Mapa da Fome, pode causar no leitor um incômodo, seja sentimento positivo ou negativo, de acordo com as normas éticas que o faz viver em sociedade.

Por sua vez, o critério de personalização não é adotado pela Folha de S. Paulo. Como pode-se verificar na Figura 7 (abaixo), da reportagem veiculada no dia 16 de setembro de 2014, com o título “Com mudança de metodologia, números da Fome Melhoram no Brasil”, não há personagem retratado na matéria. Aqui, as únicas fontes utilizadas são o relatório de insegurança alimentar no mundo, da FAO, dados do Ministério do Desenvolvimento Social e falas da ex-ministra Tereza Campello, em coletiva de imprensa. A ausência de fontes diretamente atingidas pela fome pode ser observada também nas outras duas matérias que pautavam o assunto, publicadas no mesmo dia. Ambas estão presentes no item anexo, ao fim desta pesquisa.

Figura 6: Reportagem Folha de S.Paulo, de 16 de setembro de 2014

Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil

FLÁVIA FOREQUE
DE BRASÍLIA

16/09/2014 17h58

Compartilhar    < 0 Mais opções

O Brasil tem 1,7% da sua população com um consumo diário abaixo de 2,2 mil calorias, o que corresponde a um total de 3,4 milhões de brasileiros.

PUBLICIDADE

O percentual coloca o país entre as nações que superaram o problema da fome, segundo [análise feita pela FAO](#) (agência da ONU para agricultura e alimentação) nesta terça-feira (16). Os dados estão no mais recente relatório de insegurança alimentar no mundo, elaborado anualmente.

Os números divulgados hoje são baseados em nova metodologia da FAO, que passou a considerar a alimentação fora de casa na radiografia da segurança alimentar do país. Com isso, a distribuição de refeições em restaurantes populares e, principalmente, a de merenda escolar (para um universo de 43 milhões de crianças e jovens) foi incorporada à análise da agência.

Assim, se no relatório do ano passado o Brasil tinha 7% da população passando fome, com a revisão de metodologia o percentual passa a 1,8%, próximo do estudo deste ano. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, entre 2005 e 2006 o Brasil já passou a figurar entre os países que superaram o problema da fome - isso acontece quando menos de 5% da população passa fome.

FOME ZERO

Estatísticas do estudo mostram que o Brasil reduziu em 75% o número de pessoas em situação de extrema pobreza entre 2001 e 2012 (de 14% para 3,5% da população). No mesmo período, a população considerada pobre caiu de 24,3% para 8,4% do total.

Em coletiva de imprensa, a ministra Tereza Campello (Desenvolvimento Social) comemorou o resultado. "É uma vitória o Brasil sair do mapa da fome e é um orgulho muito grande poder ser referenciado no relatório pelas estratégias para superar a fome"

"Não tem mágica: tem que ter decisão política e a questão da pobreza e da fome têm que estar no centro da meta do orçamento. (...) Temos agora que partir para estratégias muito mais focalizadas. A nossa lupa agora tem que ser maior, o nosso trabalho tem que ser mais específico", completou.

O braço das Nações Unidas elogia o efeito de diversas políticas adotadas pelo Brasil no combate à fome - desde a construção de cisternas ao programa Bolsa Família - e citam o Fome Zero como "o primeiro passo" em transformar o combate à fome numa ação do governo.

"O Fome Zero (...) introduziu uma nova abordagem que colocou a segurança alimentar e nutricional e a inclusão social no centro da agenda do governo", afirma trecho do relatório.

O programa, no entanto, foi substituído ao longo dos anos pela principal política social do governo petista, o Bolsa Família. Lançado com a ideia de distribuição de cupons aos pobres para troca por alimentos, o Fome Zero se transformou numa marca ampla para a estratégia de segurança alimentar.

O mentor do Fome Zero, José Graziano, é o atual diretor-geral da FAO, eleito para o cargo em 2011.

Fonte: Reprodução Folha de S. Paulo, 16/09/2014.

Para o mesmo critério, na segunda reportagem em análise, publicada em 17 de setembro de 2020, conforme podemos ver na Figura 7, com o título “Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE”, nota-se também a ausência de personagens, com exceção de uma galeria de fotos reutilizada de uma outra reportagem de título “Quarentena em São Paulo reduz dieta de crianças na periferia a arroz”, publicada no dia 5 de abril de 2020, à 1h, que faz referência à pandemia e não a retorno do país ao Mapa da Fome, ocorrido de fato em 2018, ano em que, segundo o IBGE, as famílias haviam voltado a sofrer com a insegurança alimentar.

Figura 7: Reportagem Folha de S. Paulo, de 17 de setembro de 2020

Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE

Lares chefiados por mulheres e negros passam mais fome,
segundo pesquisa de 2017 e 2018

Júlia Barbon

RIO DE JANEIRO Quatro em cada dez famílias brasileiras não têm acesso regular e permanente a uma quantidade e qualidade suficiente de comida. Isso significa que essa parcela da população precisa limitar o tipo ou a porção dos alimentos que vão à mesa, ou até passa fome.

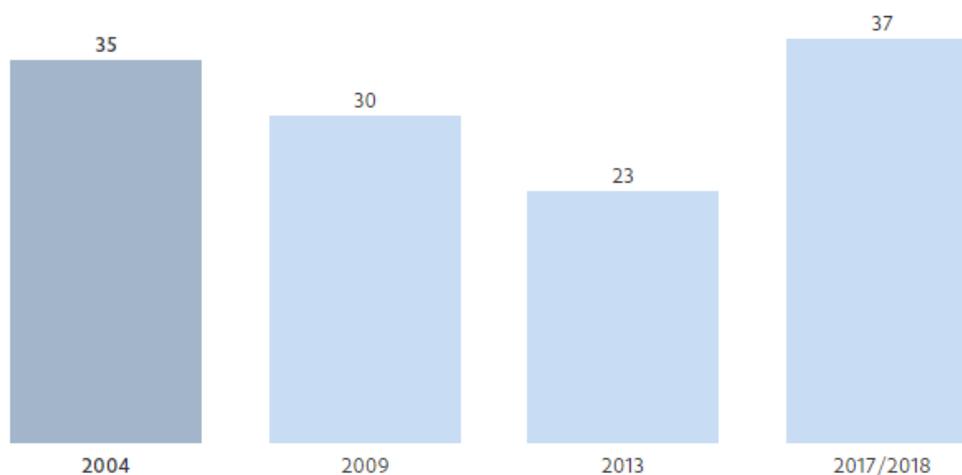
A situação é mais crítica quando se considera os lares chefiados por mulheres e negros. Também é pior entre as crianças e adolescentes e, principalmente, nas áreas rurais e na região Norte do país, onde mais da metade das pessoas não têm segurança alimentar.

Essas foram algumas das conclusões da última Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizada de junho de 2017 até julho de 2018. Parte dos resultados das entrevistas, feitas em quase 58 mil domicílios por todo o país, foi divulgada nesta quinta (17).

Os dados mostram que a situação piorou naquele período. A porcentagem de famílias que vivem com algum grau de insegurança alimentar vinha diminuindo nas últimas décadas: eram 35% em 2004, 30% em 2009 e 23% em 2013. No estudo mais recente, porém, o número saltou para 37%.

Situação vinha melhorando desde 2004, mas piorou

Domicílios com insegurança alimentar, em %



Fonte: IBGE / Pesquisa de Orçamentos Familiares, feita de jun.17 a jul.18 em 57.920 domicílios

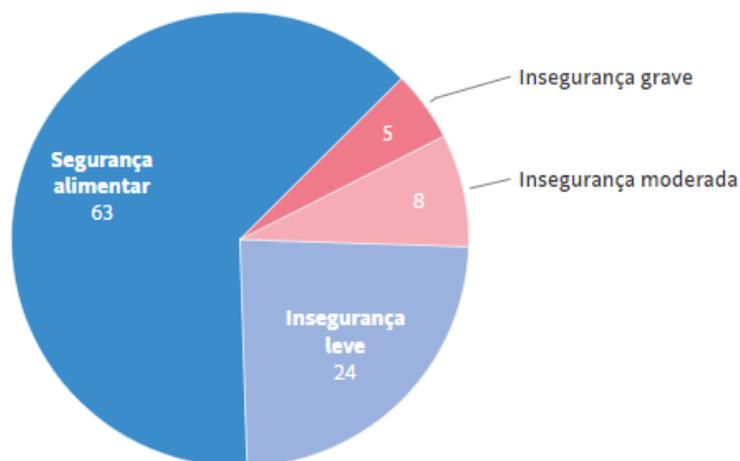
A crise econômica que assolou o país na época contribuiu para esse agravamento. O desemprego explodiu, o que se refletiu nas geladeiras, sobretudo, das famílias de menor renda.

Se há segurança alimentar, significa que a família não tem preocupação com relação ao acesso a alimentos hoje ou no futuro —63% das casas brasileiras vivem nesse contexto. Já a insegurança alimentar se divide em três níveis.

A família que se preocupa com o que poderá comer no futuro e que muitas vezes abre mão da qualidade pela quantidade da refeição é considerada em insegurança leve (são 24%). Quando é preciso comer menos e esporadicamente falta comida, a insegurança é moderada (8%).

37% dos domicílios vivem em insegurança alimentar

Em %

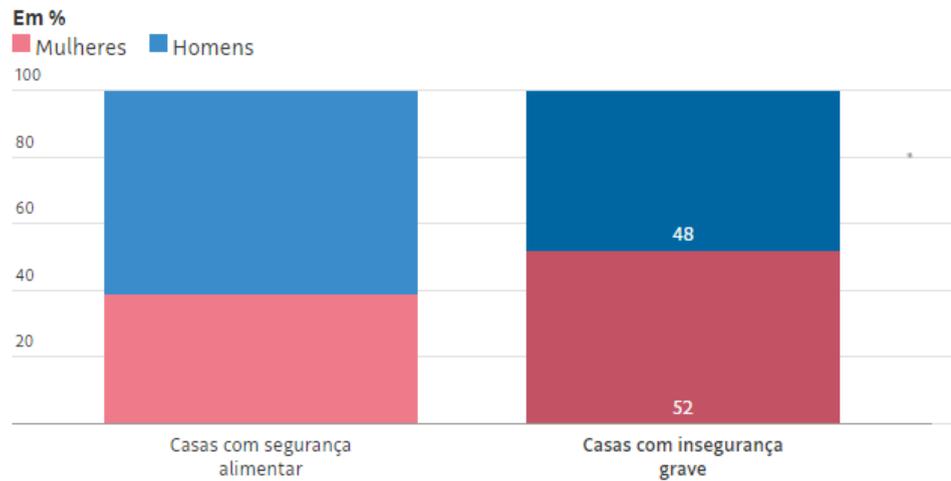


Fonte: IBGE / Pesquisa de Orçamentos Familiares, feita de jun.17 a jul.18 em 57.920 domicílios

Por fim, a insegurança alimentar grave acontece nas casas onde a fome é uma realidade. Nesse caso, uma restrição mais severa dos alimentos atinge a todos, incluindo adultos e crianças. É a realidade de 5% das famílias brasileiras, ou seja, 3,2 milhões de domicílios.

Esse cenário é mais comum em lares onde a mulher é a principal pessoa de referência da família. Elas chefiam apenas 39% das casas que têm acesso regular à comida em boa quantidade e qualidade, enquanto os homens chefiam o restante delas.

Situação é pior em lares chefiados por mulheres

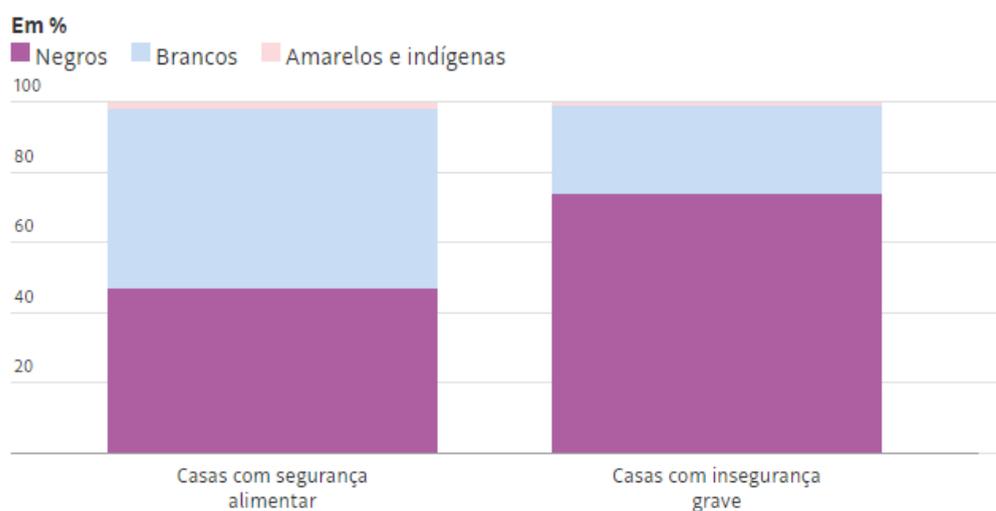


Fonte: IBGE / Pesquisa de Orçamentos Familiares, feita de jun.17 a jul.18 em 57.920 domicílios

“Um dos motivos é o menor nível de instrução e as piores condições de acesso ao trabalho das mulheres, o que acaba gerando menos renda e mais dificuldade para o orçamento doméstico. Há ainda na literatura a relação entre insegurança alimentar e domicílios com mais crianças e mais moradores”, afirma Martins.

O tamanho da fome depende também da cor da pele. Os negros são os chefes de família de 74% dos domicílios com insegurança alimentar grave, enquanto os brancos são apenas 25% —a proporção da população brasileira em geral é de 57% pardos e pretos e 42% brancos.

Situação é pior em lares chefiados por negros



Para o grupo em situação mais crítica, a alimentação representa o segundo maior gasto mensal, custando uma média de R\$ 421 reais por lar. Ela só perde para a habitação, que consome R\$ 688 por mês. Já entre o grupo que come bem, a alimentação vem em terceiro lugar, atrás também dos transportes.

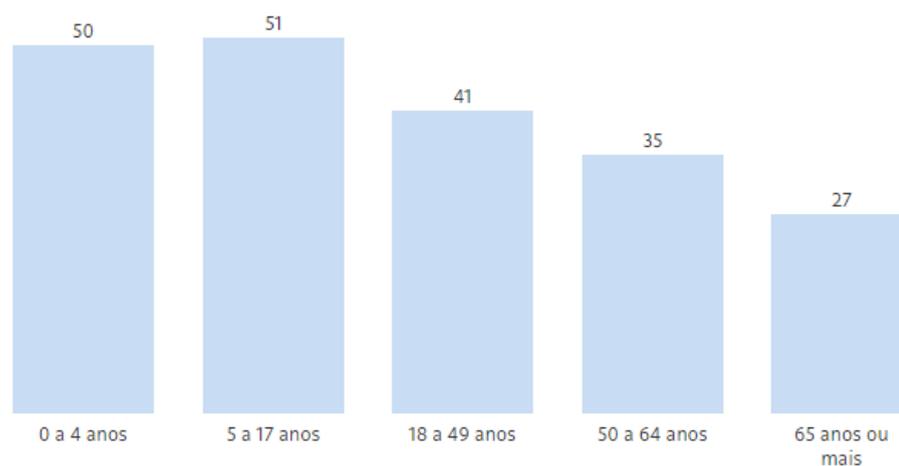
No prato das famílias com insegurança alimentar, é mais comum a presença de cereais, arroz, feijão e aves e ovos. Já os legumes, frutas, laticínios, refrigerantes e alimentos preparados são privilégio do grupo que mantém uma alimentação segura.

A despesa mensal com arroz, por exemplo, é de R\$15,01 nos lares com insegurança alimentar grave e de R\$ 11,32 nos domicílios com segurança alimentar. Portanto, quando o preço do arroz sobe, como está acontecendo agora, as famílias pobres são as mais afetadas.

A pesquisa mostra ainda uma situação crítica entre crianças e adolescentes: metade deles não come como deveria. Quanto mais a idade vai subindo, melhor a alimentação, portanto na outra ponta estão os idosos de 65 anos ou mais, com apenas 27% de sua faixa etária em insegurança alimentar.

Crianças e adolescentes são os que mais sofrem

Pessoas em insegurança alimentar, em %



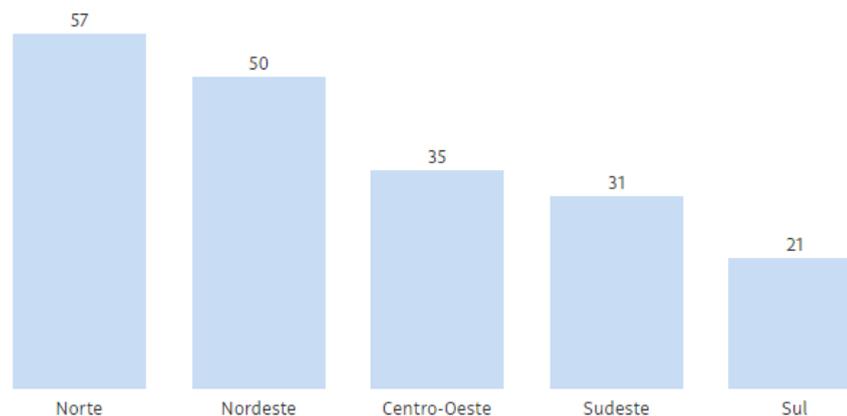
Fonte: IBGE / Pesquisa de Orçamentos Familiares, feita de jun.17 a jul.18 em 57.920 domicílios

A qualidade e a quantidade de comida ingerida caminham junto, claro, com outras características dos domicílios. Quem vive a fome frequentemente tem índices de abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo bem abaixo da média do país.

É nítido também o abismo entre as áreas rurais, onde as restrições na mesa de jantar atingem 44% das famílias, e as áreas urbanas, onde isso só acontece com 23% dos domicílios. Outro precipício separa as refeições da região Norte do país (57% em insegurança alimentar) e as do Sul (21%).

Situação é pior no Norte do país

Domicílios com insegurança alimentar, em %



Fonte: IBGE / Pesquisa de Orçamentos Familiares, feita de jun.17 a jul.18 em 57.920 domicílios

Fonte: Reprodução Folha S. Paulo, 17/09/2020.

A dramatização é outro critério pouco utilizado pela Folha. Embora o assunto fome tenha abordagens que possam gerar algum tipo de comoção, não é sob esta perspectiva que o veículo apresenta suas reportagens, pois sem histórias e personagens, a Folha apresenta, nas duas reportagens em análise, uma posição objetiva sobre o assunto, apenas com dados estatísticos e fontes oficiais. Mas, reforçamos novamente que, pela problematidade da ética cidadã pelo qual o veículo envolve os seus leitores, mesmo sem explicitar aqueles que sofrem com a fome, as reportagens podem até gerar incômodo pela natureza conflituosa dos acontecimentos.

A filósofa Victoria Camps (1993, citado por PONTE, 2005) ressalta uma importante reflexão ao falar sobre outro ponto que nos interessa aqui: o interesse. Antes, para entendimento, como citamos no item 2.2 desta pesquisa, o termo estaria relacionado, segundo Luís Ladeveze (1991, citado por PONTE, 2005), ao critério de significância, por isso, é importante olharmos para ele. Portanto, para Camps (1993, citada por PONTE, 2005), existe um interesse comum na sociedade, aquele no qual estão inclusos problemas como a pobreza, disputas étnicas e o tema central aqui: a fome.

A filósofa acredita que o certo seria que as informações dispostas pela mídia fossem capazes de sensibilizar o público que, mesmo sem ser afetado por estas problemáticas, deveria se incomodar e se mobilizar. “Essa é a única ‘comunidade’ de interesses realmente necessária para combater o liberalismo e o individualismo extremos” (CAMPS, 1993, citada por PONTES, 2005, p. 203). Mas, até aqui, a Folha de S.Paulo, ao falar da fome, estaria causando algum tipo de comoção em seus leitores?

A escolha dos critérios utilizados ou não corresponde, dessa forma, a qual argumento e posição a Folha de S. Paulo assume diante da temática Fome. Como já citamos, textos jornalístico, que possuem a pretensiosa intenção de apenas informar, como diria a Teoria do Espelho (TRAQUINA, 2005), apresentam de qualquer modo um ponto de vista que, mesmo ‘apagado’ da enunciação, evoca no leitor aquele mesmo entendimento e, para isso, utilizam-se das estratégias citadas por Emediato (2013).

Então, quais seriam essas estratégias utilizadas pela Folha quando a fome é pautada? Como lembra Emediato, a enunciação é uma perspectiva. O fato de o jornal estar falando sobre algo, o faz sob um ponto de vista. Quando o veículo trata um assunto ele escolhe o conteúdo e como falar sobre ele e, até mesmo o título possui uma visada argumentativa. Olhemos então para o primeiro:

Figura 8: Título da reportagem da Folha, de 16 de setembro de 2014

Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil

Fonte: Reprodução Folha de S. Paulo 16/09/2014

Interpreta-se, apenas pelo título, que os números da fome melhoraram no país, devido a mudança de metodologia da FAO e não por políticas sociais desenvolvidas que levaram a alcançar esta conquista. Aqui, o título não faz menção a saída do país do Mapa da Fome. De modo igual, isso não ocorre nos outros dois títulos publicados na manhã daquele mesmo dia, 16 de setembro de 2014, que diziam:

- 1) Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz ONU;
- 2) Brasil superou o problema da fome, afirma relatório da FAO

As políticas públicas não aparecem como elemento primário e fundamental desta conquista. O Fome Zero e o Bolsa Família são citados ao longo do texto, conforme a FIGURA 10, mas sem protagonismo. O argumento principal da Folha é baseado na nova metodologia adotada pela FAO, que passou a analisar a distribuição de refeição popular em sua análise. Dessa forma, o país que antes tinha 7% da população passando fome, cai para 1,8%.

Figura 9: Menção ao Fome Zero e ao Bolsa Família

FOME ZERO

Estatísticas do estudo mostram que o Brasil reduziu em 75% o número de pessoas em situação de extrema pobreza entre 2001 e 2012 (de 14% para 3,5% da população). No mesmo período, a população considerada pobre caiu de 24,3% para 8,4% do total.

Em coletiva de imprensa, a ministra Tereza Campello (Desenvolvimento Social) comemorou o resultado. "É uma vitória o Brasil sair do mapa da fome e é um orgulho muito grande poder ser referenciado no relatório pelas estratégias para superar a fome"

O programa, no entanto, foi substituído ao longo dos anos pela principal política social do governo petista, o Bolsa Família. Lançado com a ideia de distribuição de cupons aos pobres para troca por alimentos, o Fome Zero se transformou numa marca ampla para a estratégia de segurança alimentar.

Fonte: Reprodução Folha de S. Paulo, 16/09/2014.

No entanto, mesmo com a mudança dos estudos da FAO, o Brasil não sairia do Mapa da Fome se não fossem suas políticas e, mesmo o jornal apontando esses projetos, em nenhum momento ele faz diretamente esta referência, dando ao leitor a interpretação já mencionada no título: mudança de metodologia. Do mesmo modo que esta reportagem, as duas outras publicadas durante a manhã deste mesmo dia, 16 de setembro de 2014, também fazem apenas menção aos programas, sem dar a eles prioridade na causa.

Como explicado no item 3.2.1, sobre o percurso metodológico, para compor este *corpus* de análise, não localizamos nenhuma reportagem na Folha de S. Paulo sobre o retorno do país ao Mapa da Fome no ano em que este fato se consumou, 2018. Por isso, selecionamos a reportagem a seguir que faz referência a esse retorno, dois anos depois, em 2020.

Figura 10: Título da reportagem da Folha, de 17 de setembro de 2020

Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE

Fonte: Reprodução Folha de S. Paulo, 17/09/2020.

Como ressaltamos anteriormente, utilizaremos uma reportagem de outro veículo para nos ajudar na compreensão desta análise, uma vez que tratam do mesmo assunto. Publicada no mesmo dia, às 17h18, no Jornal Valor Econômico, o material tem como título: “IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador”. Olhando para ambos títulos, notamos que, enquanto o Valor Econômico faz referência ao Mapa da Fome, a Folha não cita o termo. Desse modo, nós também procuramos outras publicações da Folha de S. Paulo no mesmo período e notamos que o termo ‘Mapa da Fome’ não é mais citado pelo jornal. Não à toa, ao pesquisarmos por ele na barra de pesquisa, encontramos zero resultado.

Lembramos então do que Emediato fala sobre o enunciado. Embora seja possível classificar o termo em afetivo (agradável, horrível) e axiológico (bom, ruim), explicá-lo se torna um pouco mais complexo a partir do momento em que entendemos a participação do agente enunciativo naquele processo, ou seja, o subjetivo de quem o escreve, pois, como já abordamos, há uma pessoa por trás, norteadas por seus próprios contextos, e também uma política do veículo de comunicação que escolhe como o conteúdo será publicado se aqui consideramos a Teoria Organizacional, na qual o organismo, isto é, o jornal, possui influência no modo em como as produções são desenvolvidas. Desse modo, a opção de colocar ou não “Mapa da Fome” no título diz respeito à forma como a Folha deseja apresentar o tema ao seu público e qual sentimento espera despertar. Por que não seria de interesse da Folha fazer uso deste termo?

Dito isso, chegamos a outro ponto destacado por Emediato (2010) acerca dos títulos: as atitudes projetivas e impositivas utilizadas na construção da informação. De acordo com ele, o primeiro atua na descrição dos fatos e na transformação daquele acontecimento em texto, enquanto as atitudes impositivas levam o leitor a um determinado entendimento devido aquele quadro de questionamento proposto pelo jornal.

Atitude projetiva e impositiva se complementam no discurso da informação midiática, pois a identificação com os modos de narrar e descrever passa pela aceitação dos esquemas de pré-figuração narrativa e dos aspectos simbólicos subjacentes à estrutura do récit jornalístico, aos quais se acrescenta um quadro de questionamento a partir do qual ele deveria interpretar. Surge, assim, uma tensão importante entre o efeito da atitude impositiva da instância argumentativa”. (EMEDIATO, 2010, p. 88).

Logo, olhando para os títulos, questiono: eles causam uma inferência avaliativa positiva ou avaliativa negativa? Qual desses sentimentos é despertado no leitor ao ser deparado com os seguintes enunciados. No primeiro, “Com mudança de metodologia, os números da fome melhoram no Brasil” (FPS, 16/09/2014). Mesmo com o verbo “melhorar”, atraindo a atenção do leitor para a redução da fome no Brasil, o título ainda causa inferência avaliativa negativa, pois como vimos, transferir a responsabilidade do país ter saído do Mapa da Fome à mudança de metodologia da FAO nos faz entender que, se não fosse este fato, a problemática seguiria.

Por sua vez, o segundo título, “Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE”. (17/09/2020). Representando a volta da fome ao país, o título causa inferência avaliativa negativa, ainda que não cite o Mapa da Fome, que poderia atrair uma inferência ainda mais negativa, talvez seja o motivo da Folha escolher não usá-lo, diante do seu público que não passa fome.

Observar os títulos se torna um exercício importante, a partir do momento que entendemos a sua influência sobre o raciocínio dos leitores. No discurso midiático o mais comum é encontrar argumentos escondidos nos laços de causalidade, assim como no primeiro título, onde x implica em y, isto é, o Brasil sair do Mapa da Fome está associado ao fato da mudança de metodologia e, por isso, o leitor conclui que sem um o outro não seria possível.

Ainda que os raciocínios não sejam explícitos, esses laços causais são possibilidades reais de leitura. São potencialmente inferenciais. O sujeito comunicante, ao fazer tais escolhas, supõe que o leitor preencherá bem as

lacunas e que esteja participando, como cidadão, do contexto social e cultural no qual circula a informação. (EMEDIATO, 2013, p. 92).

Por sua vez, a segunda reportagem, de 17 de setembro de 2020, orienta o leitor a uma problematização ética-cidadã, isto porque existe uma ideia de justiça social, em que a fome é uma problemática que precisa ser solucionada pelo governo. Assim, Emediato explica que é por meio dessa problematização que o leitor irá se posicionar. O seu julgamento é despertado antes mesmo da leitura do texto. “A ética cidadã funciona, assim, como uma premissa determinante no funcionamento do discurso da informação jornalística” (EMEDIATO, 2013, p.94).

Por outro lado, a noção de enquadramento temático também pode ser invocada, quando este autor diz que o enquadramento

“[...] Possui uma dimensão argumentativa na medida em que ele permite circunscrever a discussão pela tematização, apresentar os objetos de discurso de uma maneira no lugar de outra, através de operações de referência (nomenclatura, designação) e pela predicação, orientar a problematização em uma certa direção”. (EMEDIATO, 2013, p.80).

Desse modo, ao lançarmos o olhar para a primeira reportagem, publicada em 16 de setembro de 2014, podemos perceber como o enquadramento temático funciona. Construído com base em um consenso suposto, tal enfoque midiático se dá pelas perspectivas do agente comunicacional (jornal) sob determinado objeto paradigmático. Assim, a tematização do acontecimento desempenha uma função de enquadramento do mundo social. Apresentar a saída do Mapa da Fome, sem personagens e sem histórias, não se deve à idealização do jornal objetivo e neutro, como a Folha se apresenta, mas, sim, porque diante do tema e do seu público (que não passa fome) estaria cumprindo com o contrato e consenso junto ao leitor. Do mesmo modo, não atribuir este alcance positivo aos projetos sociais desempenhados no governo, não se faz necessário diante do seu leitor, que não foi beneficiado por essas ações. Concluindo, fica a critério do leitor a problematização do assunto.

O enquadramento temático é uma operação discursiva cuja intenção é a de agir sobre as representações do outro ao lhe propor um debate inserido nos seus limites ou enquadres. Ela se situa no centro de uma intenção argumentativa voltada para o controle da pertinência, muitas vezes na base de acordos. Assim, a tematização abre caminho para a problematização e para a construção de pontos de vista sobre o assunto. (EMEDIATO, 2013, p.82).

Voltando nosso olhar para a reportagem de 17/09/2020, quando o país já está de volta ao Mapa da Fome, a começar pela linha fina (FIGURA 12).

Figura 11: Linha fina da segunda reportagem, de 17 de setembro de 2020

Lares chefiados por mulheres e negros passam mais fome,
segundo pesquisa de 2017 e 2018

Fonte: Reprodução Folha de S. Paulo, 17/09/2020.

Mesmo sem personagem, assim como a de 2014, a reportagem apresenta em sua linha fina o que parecer ser um enquadramento por designação. Para Emediato (2013), trata-se de atribuir a alguém uma condição devido à sua posição, classe, gênero. Aqui, o tamanho da fome está atrelado ao gênero e cor de pele. Mas, embora tenha esse enquadramento inicial, não podemos situá-la como designação por se tratar do resultado de uma pesquisa. Devemos observar que a reportagem tenta ser apenas uma reprodução dos dados publicados, atenuando o seu leitor sobre a situação da fome.

Mas, o fato de posicionar a insegurança alimentar como um problema maior em famílias negras ou chefiadas por mulheres, sem apresentar o porquê da problemática assolar esses grupos, faz com que a fome seja associada a eles, ainda mais por essa informação estar presente logo após o título. Aqui verificamos outro ponto de interesse em nossa análise: a escolha sobre como as informações estão dispostas em um texto também dizem sobre o que o agente enunciativo desejou explicitar. Suponhamos que a linha fina fosse: “Pesquisa apresenta crise econômica como um dos fatores por esse agravamento”. Esta troca nos possibilita entender que, diferentes enquadramentos, despertam diferentes insights na mente do leitor.

O enquadramento de um ser em uma classe genérica (identificação genérica exemplar) faz dele um exemplo e sua ação implica, de forma direta ou indireta, intencionalmente ou não, a classe à qual ele pertence. Tais designações podem provocar um raciocínio indutivo e sugerir um laço de causalidade não fundada (falsa causa). (EMEDIATO, 2013, p. 82).

Agora, vamos observar outra questão. Os materiais em análise correspondem aos anos 2014 e 2020. Porém, como ressaltamos no item 3.2 desta monografia, observamos também outros materiais que poderiam ser úteis para a pesquisa. Portanto, no dia 17 de julho de 2018,

encontramos um artigo de opinião (conforme FIGURA 13), assinado por Cláudia Collucci, na editoria Folha Colunista, intitulado “Após aumento de mortalidade infantil, país pode voltar para o ‘Mapa da Fome’”. O texto, mesmo que não diretamente ligado ao assunto, já alertava para urgência da fome no país.

Figura 12: Artigo de opinião da Folha de S. Paulo, de 17 de julho de 2018

A próxima morte anunciada deverá ser a do Brasil voltando a figurar no indesejado mapa da fome da ONU (Organização das Nações Unidas), de onde saiu em 2014. O mapa reúne países que têm mais de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendável.

Há um ano, um relatório de 20 entidades da sociedade civil já alertava para esse risco caso o governo brasileiro prosseguisse cortando verbas políticas sociais, como o Bolsa Família.

Em entrevista à [Agência Pública](#), o economista Francisco Menezes, pesquisador do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), da ActionAid Brasil e que fez parte da equipe que elaborou o documento, disse que a advertência sobre a volta do país ao mapa da fome já é quase uma certeza.

A palavra final, porém, só deve vir com a publicação da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) no final de 2018.

Segundo Menezes, o Brasil assiste a um empobrecimento muito acelerado da população, especialmente em razão do desemprego. Em número de pessoas em situação de extrema pobreza, é como se tivéssemos voltado 12 anos atrás.

Dados da Fundação Abrinq apontam, inclusive, que a desnutrição infantil crônica retornou aos níveis de 2013, com taxa de 13,1%. Somada aos casos de desnutrição severa, o país tem 17,6% das crianças com problemas sérios de nutrição.

Há evidências de sobra de que "deu ruim", como diz o povo, e que é preciso encontrar saídas urgentes para reverter esses indicadores alarmantes. Quais os caminhos? Espero que os nossos presidentiáveis tenham essa resposta.

Fonte: Reprodução Folha de S. Paulo, 17/07/2018.

O artigo foi publicado em 2018, ano que, mesmo sem saber, o Brasil voltava a figurar entre os países presentes no Mapa da Fome. Nele, o economista, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e que também fez parte da equipe que elaborou o documento da FAO, Francisco Menezes, já alertava sobre o atual cenário preocupante. A coluna nos despertou curiosidade, pois, embora a coluna tenha discutido a problemática, embasada em dados que chamavam a atenção, nenhuma outra reportagem aprofundada no assunto foi pautada pela Folha de S.Paulo neste mesmo período.

Voltamos então ao que Pontes (2005) nos lembra ao citar o tempo do acontecimento e o da cobertura. Quando tratamos de desastres lentos, ou seja, aqueles acontecimentos que não são imediatos, mas que vão caminhando até se agravar ao ponto de tornar-se uma ‘novidade’ e chamar a atenção da mídia, como eles são noticiados? Segundo a autora, eles possuem tempo curto de duração, apenas noticiados naquele momento em que estão em “alta”, como vemos nestes exemplos. A fome não é notícia quando sua situação está direcionando para um problema maior no futuro. Ela só vira pauta no jornal quando, de fato, “torna-se” um problema noticiável. Ainda sim, mesmo ganhando espaço, não é o suficiente dado o tamanho do dilema.

Observamos também a seguinte fala da colunista: “A palavra final, porém, só deve vir com a publicação da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares)”. O resultado desta pesquisa corresponde ao que foi publicado na reportagem veiculada em 17 de setembro de 2020 (a segunda reportagem em nossa análise).

Cabe aqui, uma última análise. Apesar desta pesquisa estar voltada ao conteúdo digital da Folha de S. Paulo, observamos também a capa do jornal físico nos dois dias em que as reportagens analisadas foram publicadas. Isso porque, como lembra Pinto (2015), o conjunto de elementos dispostos em uma capa não estão ali de forma equilibrada, ou seja, como se somassem a mesma importância. “Pelo contrário: por meio dos atos de selecionar (considerando os próprios limites topográficos da primeira página) e ‘orientar’, o mapa hierarquiza”. (PINTO, 2015, p.110). Vamos então observar as figuras 13 e 14

Figura 13: Capa da Folha de S. Paulo, de 16 de setembro de 2014



Fonte: Reprodução acervo Folha de S. Paulo 16/09/2014.

Figura 14: Capa da Folha de S. Paulo, de 17 de setembro de 2020



Fonte: Reprodução acervo Folha de S. Paulo 17/09/2020.

No dia em que a FAO divulgou a saída do Brasil do Mapa da Fome, o assunto, embora abordado três vezes no Folha Online, não estampou a capa do jornal físico. De modo igual, no dia em que a pesquisa do IBGE foi divulgada, colocando o Brasil novamente entre os países que possuem pelo menos 2,5% da população se alimentando de forma inadequada, o assunto também não foi relevante o suficiente para ocupar algum lugar de destaque na capa do jornal.

Levando-se em consideração o que Pinto (2015) diz sobre a atribuição de valores como modo de destacar alguns acontecimentos presentes naquela edição, a capa seria um espaço privilegiado para nossa compreensão do que o autor chama de “lugar da indignação diária”. Portanto, após verificarmos essas ausências na capa das duas edições da Folha, chegamos à conclusão de que, na hierarquia de valores das notícias divulgadas nesses dias, a vitória ou a derrota contra a fome no país não ocupa uma posição relevante para a Folha, o que significa que também não é relevante para seu público.

CONCLUSÃO

Ao final deste percurso, voltamos à pergunta: qual discurso é apresentado pelo jornal Folha de S. Paulo sobre a fome? Como vimos ao longo desta pesquisa, a problematidade está ali presente nas linhas, em suas posições declaradamente ditas e também não ditas. Por isso, a análise nos possibilitou entender não só o que e como a Folha fala sobre a fome, mas o que ela deixa de dizer.

Desse modo, podemos dizer que a Folha sugere indignação no seu leitor? O jornal não possui o intuito de causar desconforto. Verificamos, a partir da análise, qual o discurso que chega até os leitores do jornal. Com uma abordagem sem personagens e sem histórias, a Folha apresenta um material frio e distante da realidade daqueles que são acometidos pela fome. O assunto é pautado, pois como vimos na análise, é recheado de critérios de noticiabilidade e possui a problematidade da ética-cidadã, mas com um discurso que se distancia da tentativa de causar algum incômodo ou sensibilizar o seu público. Pelo contrário, a fome é traduzida em dados estatísticos. Sua problematidade é interpretada a partir de números, tabelas e fontes oficiais.

Para responder se a Folha sugere ou não indignação aos seus leitores, precisamos lembrar que a indignação está relacionada à defesa das normas sociais em uma determinada sociedade. Então, acredito que sim. A Folha, como veículo de referência, apresenta aos seus leitores um discurso que sugere indignação dentro dos padrões do que para ela seria cidadania. Ou seja, ao se deparar com o conteúdo, o seu leitor tem a opção de exercer a sua cidadania conformista.

A referida análise compreendeu dois contextos diferentes enfrentados pelo país. Primeiro, em 2014, estávamos passando por uma conjuntura política, econômica e social positiva. Pela primeira vez na história do Brasil a fome foi combatida por meio de políticas públicas específicas para esta finalidade, mas para além disso, como explicamos também no capítulo 2 desta monografia, o cenário havia mudado, grupos sociais passaram a participar ativamente de outros setores da economia, o desemprego foi reduzido e o salário mínimo, valorizado.

Esse conjunto de fatores fez com que este resultado contra a fome fosse efetivamente e merecidamente alcançado. Mas, ao olharmos a reportagem da Folha de S. Paulo deste período, todo esse contexto não parecia fazer parte, ou pelo menos, não era o fator fundamental para extinguir a fome. Seu discurso, embasado em números, dava toda essa

conquista à mudança de metodologia, ou seja, de análise da FAO. Ainda que citados os programas sociais, sua narrativa não os colocava como fatores essenciais.

Por sua vez, durante a publicação da segunda reportagem, em 2020, o mundo enfrentava uma das maiores pandemias da história, na qual o Brasil sofreria com a morte de mais de 600 mil pessoas. A pandemia foi por si só um agravamento da situação e foi então que os números da fome voltaram a chamar a atenção, mas naquele momento já somavam-se dois anos que o Brasil estava de volta ao Mapa da Fome. Como vimos também do capítulo 2, houve todo um contexto que nos levou a isso, que não incluía a pandemia, a começar pelas medidas de austeridade adotadas pela equipe econômica do governo, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Mais uma vez, diante toda conjuntura, a fome na Folha de S. Paulo resumiu-se apenas a números, dessa vez, negativos. Para falar sobre ela, os dados estatísticos estavam todos presentes, mas não houve sensibilização, sequer uma fonte que representasse aquela realidade.

Dessa forma, é possível perceber que, mesmo em períodos e contextos diferentes, o discurso produzido pela Folha é o mesmo. Não importa se o Brasil passa por uma conjuntura política e econômica favorável a ponto de conseguir tirar milhares de famílias da fome, ou se a fome volta a ser uma problemática. Em qualquer um dos cenários, ela não deixa de ser estatística na Folha e, por assim dizer, não tem seu fator social utilizado como base na produção dos conteúdos.

Voltando aos questionamentos que me encaminharam inicialmente a esta pesquisa, sobre o rumo para qual o jornalismo tem se direcionado. Permaneço atenta às escolhas tomadas pelos veículos de comunicação. A Folha, diferente de outros jornais citados na introdução desta monografia, não sensacionaliza a fome. Mas, isso não significa que sua abordagem está correta, nem que está incorreta. Conforme todos os dados levantados, sua narrativa, ainda que não trate o assunto de forma sensacionalista, segue sem questionar e apresentar a real problemática e também não apresenta compromisso com aquela realidade tal como ela é. Reconheço novamente os quadros de valores, à organização, o mercado de notícias como influentes por trás das produções. No entanto, reconheço também que estas não são as únicas possibilidades de se fazer jornalismo. Ainda temos muito o que acrescentar para que nossas produções se tornem mais humanas, mas já temos opções que se encaminham e tentam, cada vez mais, apresentar o subjetivismo por trás de nossas escritas. Estamos no caminho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANHA, Adriana Veiga. Fome Zero: A Construção de uma Estratégia de Combate à Fome no Brasil. In: ARANHA, Adriana. **Fome Zero, uma História Brasileira**. Brasília, 2010. p. (74-95).

BETTO, Frei. Fome Zero: ganhos e perdas. In: ARANHA, Adriana. **Fome Zero, uma História Brasileira**. Brasília, 2010. p. (133 - 139).

CAMPOS, Heliana. ABREU, Maria. Fome Zero e as parcerias: dos alimentos aos telecentros. In: ARANHA, Adriana. **Fome Zero, uma História Brasileira**. Brasília, 2010. p. (152 - 162).

CARVALHO, Laura. Valsa Brasileira: **Do boom ao caos econômico**. [s.l.]: Todavia, 2018

CASTRO, Josué. Prefácio do autor. In: CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984. p. (15-42).

CASTRO, Ana Maria. A trajetória do combate à fome no Brasil. In: ARANHA, Adriana Veiga. **Fome Zero, uma História Brasileira**. Brasília, 2010. p. (18-25).

CONSELHO ESCOLHE LULA COMO “PRESIDENTE DE HONRA”. Governo do Brasil, s.d. Disponível em: <https://bitly.com/kpopJG>. Acesso em: 17/05/2022.

EMEDIATO, Wander. Os lugares sociais do discurso e o problema da influência, da regulação e do poder nas práticas discursivas. In: Machado, Ida e MELLO, Renato. **Análises do discurso hoje**, Volume I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Participações S.A, 2008. p. (71-91).

EMEDIATO, Wander. A argumentação na mídia: problematidade e avaliação ética. In: MACHADO, Ida, MELLO e Renato. **Análises do discurso hoje**, volume III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Participações S.A, 2010. p. (79-98).

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: EMEDIATO, Wander. **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2013, p. (69-101).

MAYER, André. Prefácio à nona edição. In: CASTRO, Josué. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Antares, 1984. n.p. In: NETO, Alceu. **A ESTABILIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA PÓS-IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O CICLO DE REFORMAS DO GOVERNO DE MICHEL TEMER E A CRISE POLÍTICA-CONSTITUCIONAL**. Brasília, 2017. p. 16.

PENA, Felipe. Teorias e críticas. In: PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. Contexto, 2012. (p. 125 – 165).

PINTO, Carlos. A indignação. In: PINTO, Carlos. **CÃES, INDIGNADOS E INDIGNOS: o pathos da indignação no discurso jornalístico**. Belo Horizonte, 2015. p. (53-62).

PINTO, Carlos. A indignação Diária. In: PINTO, Carlos. **CÃES, INDIGNADOS E INDIGNOS: o pathos da indignação no discurso jornalístico**. Belo Horizonte, 2015. p. (110-125).

PONTE, Cristina. Os valores-notícias em questão. In: PONTE, Cristina. **Para entender as notícias**. Florianópolis: Insular, 2005. (p. 192-214).

SOUSA, Jorge. Jornalistas e jornalismo. In: SOUSA, Jorge. **Elementos do jornalismo impresso**. Porto: Letras Contemporâneas, 2001. p. (13 – 110).

TRAQUINA, Nelson. As Teorias do Jornalismo. In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo volume I: Por que as notícias são como são?** Florianópolis: Insular LTDA, 2ª ed, 2005. (p. 145-187).

TRAQUINA, Nelson. Ser ou não ser notícia? In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo volume II: A tribo Jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular LTDA, 2005. (p. 61-101).

Jornais e sites consultados

BARBON, Júlia. Quatro em cada dez famílias brasileiras vivem em insegurança alimentar, diz IBGE. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 de setembro de 2020. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/quatro-em-cada-dez-familias-brasileiras-vivem-em-inseguranca-alimentar-diz-ibge.shtml#:~:text=Quatro%20em%20cada%20dez%20fam%C3%ADlias,09%2F2020%20%2D%20Cotidiano%20%2D%20Folha>> Acesso em: 20/08/2022

Bolsa Família reduz pobreza e desigualdade em 15 anos. IPEA, 2019. Disponível em: <https://bityli.com/KNgyyH>. Acesso em: 17/05/2022.

Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz a ONU. Folha de S. Paulo, São Paulo, 16 de setembro de 2014. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/09/1516648-brasil-reduziu-em-50-o-numero-de-pessoas-que-sofrem-fome-diz-a-onu.shtml>> Acesso em: 20/04/2022

COLUCCI, Cláudia. Após aumento de mortalidade infantil, país pode voltar para 'Mapa da Fome'. Folha de S. Paulo, São Paulo, 17 de julho de 2018. Colunas e Blogs. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudiacollucci/2018/07/apos-aumento-de-mortalidade-infantil-pais-pode-voltar-para-mapa-da-fome.shtml>> Acesso em: 13/08/2022

FOREQUE, Flávia. Brasil superou problema da fome, afirma relatório da FAO. Folha S. Paulo, Brasília, 16 de setembro de 2014. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/09/1516700-brasil-superou-problema-da-fome-afirma-relatorio-da-fao.shtml>> Acesso em: 17/05/2022

FOREQUE, Flávia. Com mudança de metodologia, números da fome melhoram no Brasil. Folha de S. Paulo, Brasília, 16 de setembro de 2014. Poder. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1516930-com-mudanca-de-metodologia-numeros-da-fome-melhoram-no-brasil.shtml>> Acesso em: 17/05/2022

GAVRAS, Douglas. Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU”, Folha de S. Paulo, São Paulo, 7 de julho de 2022. Economia. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/07/inseguranca-alimentar-afeta-61-milhoes-no-brasil-diz-onu.shtml>> Acesso em: 13/08/2022

Leitor tem renda e escolaridade altas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o_leitor.shtml> Acesso em: 25/08/2022

LEITORES DA FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornal A Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em: http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml. Acesso em: 08/06/2022

Moradores dormem na 'fila de ossinhos' para garantir cesta básica em Cuiabá. G1, Mato Grosso, 21 de dezembro de 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/12/21/pessoas-dormem-na-rua-para-garantir-cesta-basica-na-fila-dos-ossos-em-cuiaba.ghtml>> Acesso em: 20/04/2022

MOTA, Vinicius. Leitor tem renda e escolaridade altas. **Jornal a Folha de São Paulo**, 1998. Disponível em: <<https://bityli.com/cDEeET>>. Acesso em: 08/06/2022

O Grupo Folha de S. Paulo. Folha de S. Paulo. São Paulo s.d. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml?fill=1> Acesso em: 23/09/2022

PAINEL CORONAVÍRUS. Coronavírus Brasil, 2022. Disponível em:

<https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 09/06/2022

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. s.l, 2021. Disponível em:

http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 19/05/2022

PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil. São Paulo, 2022. Disponível em:

<https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 07/06/2022

Perfil do Leitor. Folha de S. Paulo, São Paulo, 2018, disponível em:

<http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml> Acesso em: 23/09/2022

Projeto Editorial. Folha de S. Paulo. São Paulo, 12 de março de 2019. Disponível em:

<<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>> Acesso em: 23/09/2022

SARAIVA, Alessandra, BOAS, Brunos. IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador. Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2020. Disponível em:

<<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/17/ibge-confirma-que-pas-voltou-ao-mapa-da-fome-em-2018-diz-pesquisador.ghtml>> Acesso em: 20/08/2022

UM TIPO DE JORNAL. **Jornal a Folha de São Paulo**, 2019. Disponível em:
<<https://bityli.com/qnFeRv>> Acesso em: 08/06/2022

ZAMIN, Ângela. **O conceito por trás da expressão**. Revista FAMECOS, [s.l.], p. (919 -942),
02 de fevereiro de 2015. Disponível em:
<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16716/12570>>
Acesso em: 15/10/2022

ANEXOS

1. **Reportagem:** Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz a ONU

Brasil reduziu em 50% o número de pessoas que sofrem fome, diz a ONU

DA EFE

16/09/2014 06h16

Compartilhar

< 0

Mais opções

A ONU afirmou nesta terça-feira (16) que, nos últimos dez anos, o Brasil conseguiu reduzir à metade a porcentagem de sua população que sofre com a fome, cumprindo assim um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), fixados pelas Nações Unidas para 2015.

PUBLICIDADE

Estas são as conclusões recolhidas no relatório sobre o estado da insegurança alimentícia no mundo publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e outros dois organismos da ONU: o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são uma lista de oito pontos, estabelecidos pelas Nações Unidas em 2000, que têm o propósito de melhorar as condições de vida das pessoas no horizonte de 2015.

Assim, o documento assinala que o programa "Fome Zero" fez da fome um problema fundamental incluído na agenda política do Brasil a partir de 2003.

"Garantir que todas as pessoas comessem três vezes ao dia - como disse o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso de posse - se transformou em uma prioridade presidencial", diz o relatório.

Desta maneira, nos períodos 2000-2002 e 2004-2006, a taxa de desnutrição no Brasil se reduziu de 10,7% a menos de 5%.

Segundo a ONU, o "Fome Zero" foi o primeiro passo dado para acabar com a fome e, com os anos, este enfoque ganhou impulso através do fortalecimento do marco jurídico para a segurança alimentar.

O documento assinala que esta redução da fome e da pobreza extrema tanto em zonas rurais como urbanas é o "resultado de uma ação coordenada entre o governo e a sociedade civil, mais que de uma só ação isolada".

O programa "Fome Zero" se compõe de um sistema integrado de ações realizadas através de 19 ministérios, e aplica uma via dupla ao vincular a proteção social com políticas que fomentam o emprego, a produção familiar agrícola e a nutrição.

As políticas econômicas, diz o relatório, e os programas de proteção social, combinados ao mesmo tempo com programas para a agricultura familiar, contribuem à criação de emprego e ao aumento de salários, assim como à diminuição da fome.

Todos estes esforços realizados pelo Brasil permitiram que a pobreza se reduzisse de 24,3% a 8,4% entre 2001 e 2012, enquanto a pobreza extrema também caiu de 14% a 3,5%.

A ONU também lembra que em 2011 o Brasil introduziu novas políticas para tratar a pobreza extrema, que contemplavam uma melhora no acesso aos serviços públicos para fomentar a educação, a saúde e o emprego.

Além disso, o relatório evidencia que outro dos pilares fundamentais da política de segurança alimentar no Brasil é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que proporciona refeições gratuitas aos alunos das escolas públicas e do qual se beneficiaram mais de 43 milhões de crianças em 2012.

II. **Reportagem:** Brasil superou problema da fome, afirma relatório da FAO

Brasil superou problema da fome, afirma relatório da FAO

FLÁVIA FOREQUE
DE BRASÍLIA

16/09/2014 10h44

COMPARTILHE

Compartilhar < 0 Mais opções

PUBLICIDADE

O Brasil tem hoje 3,4 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, o que corresponde a 1,7% da população nacional. Essas estatísticas colocam o país na lista de nações que superaram o problema da fome, de acordo com a FAO (braço das Nações Unidas para alimentação e agricultura).

"O combate à fome é uma questão política, de vontade e interesse dos governantes", afirma Jorge Chediek, representante do Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) no Brasil.

O Brasil é um dos sete países analisados em maior profundidade em relatório sobre o estado 2014 de insegurança alimentar no mundo, divulgado nesta terça-feira (16) pela FAO. Segundo a agência, 805 milhões de pessoas sofrem fome no mundo (11,3% da população mundial).

Para Anne Kepple, consultora da FAO, o Brasil atingiu esse patamar devido à "dezenas de políticas articuladas", citando como exemplo o programa Bolsa Família, a construção de cisternas no Nordeste e o programa nacional de alimentação escolar. "Já nos ano 90 a movimentação do Betinho (...) colocou em pauta a questão da fome no Brasil", disse ela.

"Proteger populações mais vulneráveis deveria ser uma das prioridades agora, já que esse [fome] não é mais um problema estrutural", disse Eve Crowley, representante regional adjunta da FAO para América Latina e Caribe. Na visão da FAO, incluir comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos e mais afastadas estão entre os novos desafios.

Ainda segundo o relatório, 20% dos adultos brasileiros são obesos. Na população infantil (menos de 5 anos), esse percentual de sobrepeso é de 7,3%.

HAITI

A América Latina e Caribe foi a região que mais avançou no tema desde a década de 90, referência para os Objetivos do Milênio, que definiram como meta a redução à metade da proporção de pessoas que sofrem com a fome em relação ao total de habitantes no mundo.

Nesse período, a região reduziu 45,9% o número de pessoas que passam fome. O Haiti aparece com a situação mais grave na região: 51,8% de sua população está subnutrida.

- III. **Artigo de opinião:** Após aumento de mortalidade infantil, país pode voltar para Mapa da Fome

Após aumento de mortalidade infantil, país pode voltar para 'Mapa da Fome'

Para pesquisador, Brasil assiste a um empobrecimento muito rápido da população

17.jul.2018 às 2h00

Muita gente se surpreendeu com a reportagem

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/07/com-zika-e-crise-no-pais-mortalidade-infantil-sobe-pela-1a-vez-em-26-anos.shtml>) desta **Folha** revelando o aumento da taxa de mortalidade infantil em

2016, após 26 anos de queda. Da mesma forma causou espanto o fato de o país registrar em 2017 o índice mais baixo de vacinação

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/vacinacao-de-criancas-no-pais-atinge-indice-mais-baixo-em-16-anos.shtml>)

de crianças dos últimos 16 anos.

Mas para quem atua na saúde pública ou acompanha de perto o impacto da recessão e do ajuste fiscal nas políticas sociais, esses retrocessos já eram esperados. Vários alertas foram feitos nos últimos dois anos.



Pessoas vasculham por comida e objetos em lixão do município de Barcarena, na região metropolitana de Belém (PA) - Eduardo Anizelli/Folhapress

Um recente estudo (<https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2018/05/com-ajuste-fiscal-brasil-poder-20-mil-mortes-a-mais-de-criancas-ate-2030.shtml>) publicado na revista americana PLoS Medicine foi além. Fez uma projeção muito bem embasada dando conta de que o Brasil poderá ter até 20 mil mortes a mais de crianças nos próximos 12 anos caso os cortes persistam nos programas Saúde da Família e Bolsa Família.

Também não é coincidência o fato de isso tudo acontecer no mesmo período em que 1,5 milhão de brasileiros passaram a viver na pobreza extrema.

Segundo dados da LCA Consultores divulgado pelo IBGE

(<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20844-10-da-populacao-concentram-quase-metade-da-renda-do-pais.html>), havia no início de 2017 13,34 milhões de pessoas vivendo nessa condição. No final do mesmo ano, eram 14,83 milhões, o equivalente a 7,2% da população.

A próxima morte anunciada deverá ser a do Brasil voltando a figurar no indesejado mapa da fome da ONU (Organização das Nações Unidas), de onde saiu em 2014. O mapa reúne países que têm mais de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendável.

Há um ano, um relatório de 20 entidades da sociedade civil já alertava para esse risco caso o governo brasileiro prosseguisse cortando verbas políticas sociais, como o Bolsa Família.

Em entrevista à Agência Pública (<https://apublica.org/2018/07/a-extrema-pobreza-voltou-aos-niveis-de-12-anos-atras-diz-pesquisador-da-actionaid-e-ibase/#Link2>), o economista Francisco Menezes, pesquisador do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), da ActionAid Brasil e que fez parte da equipe que elaborou o documento, disse que a advertência sobre a volta do país ao mapa da fome já é quase uma certeza.

A palavra final, porém, só deve vir com a publicação da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) no final de 2018.

Segundo Menezes, o Brasil assiste a um empobrecimento muito acelerado da população, especialmente em razão do desemprego. Em número de pessoas em situação de extrema pobreza, é como se tivéssemos voltado 12 anos atrás.

Dados da Fundação Abrinq apontam, inclusive, que a desnutrição infantil crônica retornou aos níveis de 2013, com taxa de 13,1%. Somada aos casos de

desnutrição severa, o país tem 17,6% das crianças com problemas sérios de nutrição.

Há evidências de sobra de que "deu ruim", como diz o povo, e que é preciso encontrar saídas urgentes para reverter esses indicadores alarmantes. Quais os caminhos? Espero que os nossos presidentes tenham essa resposta.

IV. Reportagem: Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU”, foi encontrado da seção Mercado.

Insegurança alimentar afeta 61 milhões no Brasil, diz ONU

Desse total, 15,4 milhões passavam fome, diz relatório

7.jul.2022 às 17h33

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2022/07/08/>)

Douglas Gavras (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/douglas-gavras.shtml>)

SÃO PAULO No Brasil, 61,3 milhões (cerca de 3 em cada 10 habitantes) convivem com algum tipo de insegurança alimentar

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/datafolha-1-em-cada-4-brasileiros-diz-que-falta-comida-em-casa.shtml>),

sendo que 15,4 milhões se encontravam em insegurança alimentar grave, passando fome, no período de 2019 e 2021, aponta relatório das Nações Unidas.

Pelos países com dados comparáveis relacionados pela ONU, o Brasil é o que tem mais pessoas em algum grau de insegurança alimentar (moderada ou grave) nas Américas e o quinto no mundo, no período até 2021.

Houve um aumento significativo na comparação com o período de 2014 a 2016, quando 37,5 milhões passavam por algum nível de insegurança alimentar e 3,9 enfrentavam o nível grave (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/renda-dos-5-mais-pobres-nao-compra-nem-dois-pratos-feitos-por-mes.shtml>).

Os dados são do relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo em 2022", divulgado na quarta-feira (6) por cinco agências da ONU.

Segundo a organização, o estado de insegurança alimentar moderada ocorre quando as pessoas enfrentam incertezas sobre sua capacidade de obter alimentos e são forçadas a reduzir, algumas vezes durante o ano, a qualidade ou quantidade de alimentos que consomem.

Já a insegurança alimentar grave ocorre quando, em algum momento durante o ano, as pessoas ficaram sem comida e passaram fome por um dia ou mais.

No mundo, o número de pessoas que são afetadas pela fome aumentou para 828 milhões no ano passado —um crescimento de 46 milhões desde 2020 e de 150 milhões desde o início da pandemia.

Os dados relativos ao período da pandemia de Covid-19 preocupam: após ficar sem alterações desde 2015, o percentual de pessoas no mundo afetadas [pela fome](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/5-mais-pobres-perdem-quase-34-da-renda-no-brasil.shtml) [saltou em](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/06/5-mais-pobres-perdem-quase-34-da-renda-no-brasil.shtml) 2020 e continuou subindo no ano seguinte, atingindo 9,8% da população mundial, ante 8% em 2019 e 9,3% em 2020.

Cerca de 3,1 bilhões de pessoas não conseguiram pagar por uma alimentação saudável em 2020, um aumento de 112 milhões em relação a 2019, refletindo os efeitos da inflação nos preços dos alimentos ao consumidor decorrentes dos impactos econômicos da pandemia e das medidas tomadas para contê-la.

Olhando para a frente, as projeções são de que cerca de 670 milhões de pessoas (8% da população mundial) ainda enfrentarão a fome em 2030 – mesmo que uma recuperação econômica global seja levada em consideração.

"No momento em que este relatório está sendo publicado, a guerra em curso na Ucrânia, envolvendo dois dos maiores produtores globais de cereais básicos, oleaginosas e fertilizantes, está interrompendo as cadeias de suprimentos internacionais e elevando os preços de grãos, fertilizantes, energia, bem como alimentos terapêuticos prontos para uso por crianças com má nutrição grave", diz a ONU.

Com a disparada dos preços e a queda na renda, a falta de comida tem preocupado cada vez mais os brasileiros e tem sido tema recorrente nas conversas de família e em pesquisas divulgadas recentemente.

No mês passado, foi divulgado que 33 milhões de pessoas passam fome no país, segundo apontou a segunda edição do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da Rede Pensann — um patamar semelhante ao que havia sido registrado há três décadas.

Além disso, pesquisa Datafolha feita nos dias 22 e 23 de junho, apontou que para 26% dos entrevistados, a comida disponível nos últimos meses era abaixo do suficiente, enquanto 62% julgaram ser suficiente e apenas 12% diziam acreditar ser mais do que o suficiente.

Embora as pesquisas tratem do mesmo tema, as metodologias são diferentes, o que impede a comparação entre elas. As estimativas da FAO são baseadas na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar e consideram duas categorias: insegurança alimentar moderada ou grave (combinada) e apenas insegurança alimentar grave.

A pesquisa da Rede Pensann é uma amostra de domicílios usando quatro categorias de gravidade da insegurança alimentar: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave.

Já a do Datafolha é uma amostra com a população brasileira adulta (16 anos ou mais). Outro ponto é que, no Datafolha, a resposta se dá pelo que o entrevistado entende por "falta de comida", em uma única pergunta.

O documento da ONU é uma produção conjunta da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), o Fida (Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola), o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o WFP (Programa Mundial de Alimentos da ONU) e a OMS (Organização Mundial da Saúde).

O relatório também inclui orientações de como os governos podem reformular políticas públicas em apoio à agricultura, para reduzir o custo de uma alimentação saudável para suas populações, considerando a limitação cada vez maior de recursos em diferentes partes do mundo.

"Este relatório destaca repetidamente a intensificação desses principais fatores de insegurança alimentar e má nutrição: conflitos, choques climáticos e choques econômicos, combinados com as crescentes desigualdades", escreveram as cinco agências da ONU.

V. **Reportagem:** IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador

IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador

Levantamento mostrou avanço da fome no país, que atingia 5% da população brasileira em 2018, ante 3,6% em 2013, alcançando mais de 10 milhões de pessoas.

Por Alessandra Saraiva e Bruno Villas Boas, Valor — Rio

17/09/2020 17h18 · Atualizado há 2 anos

Os dados do IBGE anunciados hoje comprovam que, em 2018, o Brasil retornou ao Mapa da Fome - lista de países com mais de 5% da população ingerindo menos calorias do que o recomendável, segundo análise de Francisco Menezes, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e ex-presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Desde 2014 o país já havia deixado a lista, lembrou o especialista - sendo que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) já havia alertado no ano passado que o país poderia voltar a esse quadro, acrescentou ele.

Hoje, o IBGE anunciou levantamento que mostrou avanço da insegurança alimentar grave, ou fome, no país, que atingia 5% da população brasileira em 2018, ante 3,6% em 2013, alcançando 10,28 milhões de pessoas.

Menezes faz parte do grupo de trabalho Agenda 2030 - organização composta por entidades da sociedade civil, que faz monitoramento dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável pactuados pelo Brasil e outros 192 países da Organização das Nações Unidas (ONU). "O objetivo 2, da lista, é erradicar a fome. E, nos nossos trabalhos, já víamos que o país estava revertendo tendência positiva no tema", afirmou ele.

Para o técnico, a pesquisa do IBGE evidencia "retrocesso grande" no combate à fome no país. "Se olharmos o montante de domicílios em segurança alimentar, podemos ver que voltamos ao que patamar registrado em 2004", acrescentou.

Dois fatores conduziram ao cenário atual: o avanço da extrema pobreza, e um movimento de corte de políticas públicas em segurança alimentar a partir de 2014, afirmou o pesquisador. "Houve um desmonte muito grande nessas políticas, a partir de cortes orçamentários. Alguns, como programa de aquisição de alimentos de agricultura familiar, com compra institucional, foram praticamente zerados [até 2018]", afirmou ele.

Ao ser questionado se, com a pandemia, o quadro atualmente já seria até mais grave, devido à crise na economia originada do avanço da covid-19 no país, o especialista foi cauteloso. Ele comentou que, num primeiro momento da atual crise sanitária, em meados de março, com perda de renda forte originada do trabalho, principalmente de serviços, observou-se um agravamento do cenário da fome no Brasil. "Mas com o auxílio emergencial [pago pelo governo] houve um desafogo nesse sentido. Em torno de 60 milhões de pessoas receberam esse auxílio", afirmou ele.

No entanto, ressaltou que o benefício emergencial do governo irá continuar apenas até o fim do ano, e ainda em valor menor. Na análise do especialista, é muito provável que o quadro da fome se agrave, ante ao que foi detectado até 2018 pelo IBGE, quando o governo parou de pagar o auxílio. "Isso nos preocupa muito", afirmou ele. "Ninguém tem a ilusão de que a economia vai se recuperar rápido", afirmou ele, ressaltando que houve forte perda de renda do trabalho esse ano. "E não tem como o governo continuar a pagar o auxílio indefinidamente. O custo é muito elevado, pelo valor e pelo número de pessoas que contempla", comentou ele

Outro agravante citado por ele é o fato de que mesmo com sinais de avanço de pobreza, detectados em dados oficiais do governo apurados pelo IBGE - a parcela de brasileiros vivendo abaixo da linha da extrema pobreza subiu de 4,5% para 6,5% entre 2014 e 2018 - não houve aumento de inserção de famílias em programas de transferência de renda, pelo contrário. "O volume de reinserção de famílias no Bolsa Família diminuiu", comentou ele.

Para reduzir a fome do país, o especialista defendeu uma reforma tributária, com progressiva taxação de riqueza, para angariar recursos e alocar em programas de transferência de renda.

Ele citou recente fala do presidente Jair Bolsonaro de que o projeto do programa Renda Brasil seria assunto proibido na atual gestão. Na análise do especialista, mesmo que o presidente não queira falar mais em programas com esse perfil, isso não quer dizer que eles não sejam necessários. "Em junho do ano passado o presidente declarou que quem falava de fome no Brasil estava pregando uma mentira. E nós respondemos na ocasião, 'vamos discutir isso a partir da divulgação dos dados'. E os dados chegaram", disse, citando o levantamento do IBGE. "Isso mostra que não adianta tentar fingir que o problema da fome não existe. O problema existe e tem que ser enfrentado com seriedade", concluiu ele.